

Cielo S.A. e Controladas

*Informações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes aos
Períodos de Três e Seis Meses Findos em
30 de Junho de 2012 e
Relatório sobre a Revisão de Informações
Trimestrais*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Cielo S.A.
Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. (“Sociedade”) e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão das informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do valor adicionado (“DVA”), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de julho de 2012



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	87
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	88
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	89
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	90
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	653.861.218
Preferenciais	0
Total	653.861.218
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.235.006
Preferenciais	0
Total	1.235.006

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	5.711.339	4.916.535
1.01	Ativo Circulante	3.966.027	3.240.503
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	247.030	240.998
1.01.03	Contas a Receber	3.718.997	2.999.505
1.01.03.01	Clientes	3.692.205	2.971.796
1.01.03.01.01	Contas a receber Operacionais	3.692.205	2.971.796
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	26.792	27.709
1.01.03.02.01	Contas a receber Controlada	734	134
1.01.03.02.02	Impostos Antecipados e a Recuperar	1.182	587
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	15.595	22.379
1.01.03.02.06	Despesas pagas antecipadamente	9.281	4.609
1.02	Ativo Não Circulante	1.745.312	1.676.032
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.050.515	932.323
1.02.01.03	Contas a Receber	428	664
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	428	664
1.02.01.06	Tributos Diferidos	383.155	334.442
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	383.155	334.442
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	666.932	597.217
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	666.932	597.217
1.02.02	Investimentos	177.628	176.060
1.02.02.01	Participações Societárias	177.628	176.060
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	136.818	139.115
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	40.810	36.945
1.02.03	Imobilizado	461.714	508.259
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	461.714	508.259
1.02.04	Intangível	55.455	59.390
1.02.04.01	Intangíveis	55.455	59.390
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	10.143	10.143
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	45.312	49.247

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	5.711.339	4.916.535
2.01	Passivo Circulante	2.616.597	2.735.295
2.01.02	Fornecedores	2.113.272	1.890.626
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.113.272	1.890.626
2.01.02.01.01	Contas a pagar a estabelecimentos	1.834.967	1.660.367
2.01.02.01.02	Fornecedores	278.305	230.259
2.01.03	Obrigações Fiscais	293.718	385.914
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	293.718	385.914
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	293.718	385.914
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	104.124	19.666
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	104.124	19.666
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	104.124	19.666
2.01.05	Outras Obrigações	105.483	439.089
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.039	11.055
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	11.039	11.055
2.01.05.02	Outros	94.444	428.034
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26.557	319.457
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	67.887	108.577
2.02	Passivo Não Circulante	931.339	771.647
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	207.093	131.182
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	207.093	131.182
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	207.093	131.182
2.02.04	Provisões	724.246	640.465
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	724.246	640.465
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	724.246	640.465
2.03	Patrimônio Líquido	2.163.403	1.409.593
2.03.01	Capital Social Realizado	500.000	263.835
2.03.02	Reservas de Capital	54.396	38.029
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-39.726	-50.859
2.03.02.07	Reserva de Capital	94.122	88.888
2.03.04	Reservas de Lucros	1.609.007	1.107.729

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.205.691	2.374.332	944.285	1.873.974
3.01.01	Receita de Comissões	942.353	1.871.109	754.985	1.491.484
3.01.02	Receita de Aluguel	355.622	680.319	264.863	533.031
3.01.03	Receita de prestação de serviços	45.486	90.786	30.659	59.315
3.01.04	Impostos sobre serviços	-137.770	-267.882	-106.222	-209.856
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-358.938	-711.158	-302.497	-578.505
3.03	Resultado Bruto	846.753	1.663.174	641.788	1.295.469
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-226.372	-349.705	-118.733	-258.206
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-226.372	-349.705	-118.733	-258.206
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-82.360	-142.563	-67.501	-133.256
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-29.041	-58.609	-28.457	-58.134
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-77.324	-100.684	-21.511	-57.473
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, líquidas	-35.777	-47.717	-2.590	-10.737
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	-1.870	-132	1.326	1.394
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	620.381	1.313.469	523.055	1.037.263
3.06	Resultado Financeiro	193.572	370.690	118.250	236.978
3.06.01	Receitas Financeiras	215.045	404.127	143.501	271.080
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.988	11.129	6.323	15.843
3.06.01.02	Receita com Antecipação de recebíveis	212.364	402.504	137.684	258.512
3.06.01.03	Despesas de ajuste a valor presente - Antecipação de Recebíveis	-3.360	-14.751	-1.556	-5.272
3.06.01.04	Variação cambial, líquida	1.053	5.245	1.050	1.997
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.473	-33.437	-25.251	-34.102
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-21.473	-33.437	-25.251	-34.102
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	813.953	1.684.159	641.305	1.274.241
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-265.099	-568.712	-217.728	-426.009
3.08.01	Corrente	-309.571	-617.425	-229.712	-455.628
3.08.02	Diferido	44.472	48.713	11.984	29.619
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	548.854	1.115.447	423.577	848.232

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	548.854	1.115.447	423.577	848.232
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,84000	1,70720	0,77840	1,29990
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,83880	1,70480	0,77770	1,29750

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	548.854	1.115.447	423.577	848.232
4.03	Resultado Abrangente do Período	548.854	1.115.447	423.577	848.232

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	606.738	1.032.646
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.970.610	1.473.939
6.01.01.01	Lucro antes do IR e da CS	1.684.159	1.274.241
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	142.924	106.269
6.01.01.03	Constituição de provisão para Perda c/ Imob. e Intang. liq.	120	2.223
6.01.01.04	Custo residual de imobilizado e intangível baixados ou alienados	10.205	6.430
6.01.01.05	Opções de ações outorgadas	5.234	6.339
6.01.01.08	Perda com aluguel de equipamentos	17.348	14.350
6.01.01.09	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida	86.095	60.209
6.01.01.10	Ajuste a valor presente contas a receber	14.751	5.272
6.01.01.11	Equivalência Patrimonial	132	-1.394
6.01.01.12	Juros sobre empréstimos e financiamentos	9.642	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-648.480	203.206
6.01.02.01	Contas a receber operacional	-735.160	-104.568
6.01.02.02	Contas a receber Controlada	-600	12
6.01.02.03	Impostos antecipados e a recuperar	-595	204
6.01.02.04	Outros valores a receber (circ/não circulante)	7.020	43.099
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-69.715	-60.703
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-4.672	-2.803
6.01.02.07	Contas a pagar estabelecimentos	157.252	376.952
6.01.02.08	Fornecedores	48.046	34.683
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-7.036	-9.683
6.01.02.10	Contas a pagar controlada	-16	-15.423
6.01.02.11	Outras obrigações (circulante e não circulante)	-40.690	-58.564
6.01.02.13	Pagamento de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-2.314	0
6.01.03	Outros	-715.392	-644.499
6.01.03.01	Juros recebidos	0	1.596
6.01.03.02	Juros pagos	0	-1.596
6.01.03.03	IR e CS pagos	-707.272	-644.499
6.01.03.05	Pagamento de juros de empréstimos	-8.120	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.171	-206.290
6.02.01	Aumento de capital em controladas e "joint ventures"	-3.500	-89.001
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-6.471	-117.289
6.02.04	Dividendos recebidos de controladas	1.800	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-592.535	-837.009
6.03.05	Dividendos e juros s/ capital próprio pagos	-666.217	-838.261
6.03.06	Aquisição de ações em tesouraria	-5.800	0
6.03.07	Opções de Ações exercidas	16.933	1.252
6.03.08	Captação de empréstimos, líquido das aquisições efetuadas	62.749	0
6.03.09	Pagamento de principal de empréstimos	-200	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.032	-10.653
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	240.998	221.542
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	247.030	210.889

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	263.835	38.029	1.107.729	0	0	1.409.593
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.835	38.029	1.107.729	0	0	1.409.593
5.04	Transações de Capital com os Sócios	236.165	16.367	-614.169	0	0	-361.637
5.04.01	Aumentos de Capital	236.165	0	-236.165	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.234	0	0	0	5.234
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-5.800	0	0	0	-5.800
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	16.933	0	0	0	16.933
5.04.06	Dividendos	0	0	-346.760	0	0	-346.760
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-31.244	0	0	-31.244
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.115.447	0	0	1.115.447
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.115.447	0	0	1.115.447
5.07	Saldos Finais	500.000	54.396	1.609.007	0	0	2.163.403

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781
5.04	Transações de Capital com os Sócios	163.836	7.591	-884.139	0	0	-712.712
5.04.01	Aumentos de Capital	163.836	0	-163.836	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.339	0	0	0	6.339
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1.252	0	0	0	1.252
5.04.06	Dividendos	0	0	-720.303	0	0	-720.303
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	848.232	0	0	848.232
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	848.232	0	0	848.232
5.07	Saldos Finais	263.836	22.300	1.029.165	0	0	1.315.301

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	2.624.866	2.069.480
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.642.214	2.083.830
7.01.02	Outras Receitas	-17.348	-14.350
7.01.02.01	Perdas com aluguel de equipamentos	-17.348	-14.350
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-792.458	-613.084
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-522.893	-429.611
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-239.197	-187.085
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-5.951	547
7.02.04	Outros	-24.417	3.065
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.832.408	1.456.396
7.04	Retenções	-142.924	-106.269
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-142.924	-106.269
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.689.484	1.350.127
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	403.995	272.474
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-132	1.394
7.06.02	Receitas Financeiras	404.127	271.080
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.093.479	1.622.601
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.093.479	1.622.601
7.08.01	Pessoal	92.130	89.693
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	849.710	647.948
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	36.192	36.728
7.08.03.03	Outras	36.192	36.728
7.08.03.03.01	Juros Provisionados e Aluguéis	36.192	36.728
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.115.447	848.232
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	31.244	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.084.203	848.232

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	5.865.108	5.076.431
1.01	Ativo Circulante	4.085.349	3.361.330
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	301.254	292.915
1.01.03	Contas a Receber	3.784.095	3.068.415
1.01.03.01	Clientes	3.742.923	3.019.499
1.01.03.01.01	Contas a receber operacional	3.742.923	3.019.499
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	41.172	48.916
1.01.03.02.02	Impostos Antecipados e a Recuperar	5.625	4.114
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	25.757	39.939
1.01.03.02.06	Despesas pagas antecipadamente	9.790	4.863
1.02	Ativo Não Circulante	1.779.759	1.715.101
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.082.189	964.604
1.02.01.03	Contas a Receber	458	688
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	458	688
1.02.01.06	Tributos Diferidos	389.097	341.111
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	389.097	341.111
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	692.634	622.805
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	692.634	622.805
1.02.03	Imobilizado	475.924	522.369
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	475.924	522.369
1.02.04	Intangível	221.646	228.128
1.02.04.01	Intangíveis	221.646	228.128
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	139.501	140.101
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	82.145	88.027

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	5.865.108	5.076.431
2.01	Passivo Circulante	2.688.515	2.817.098
2.01.02	Fornecedores	2.164.560	1.950.182
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.164.560	1.950.182
2.01.02.01.01	Contas a pagar a estabelecimentos	1.834.967	1.660.367
2.01.02.01.02	Fornecedores	329.593	289.815
2.01.03	Obrigações Fiscais	299.399	391.996
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	299.399	391.996
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	299.399	391.996
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	104.124	19.666
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	104.124	19.666
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	104.124	19.666
2.01.05	Outras Obrigações	120.432	455.254
2.01.05.02	Outros	120.432	455.254
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26.557	319.457
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	93.875	135.797
2.02	Passivo Não Circulante	999.406	834.769
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	207.093	131.182
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	207.093	131.182
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	207.093	131.182
2.02.02	Outras Obrigações	30.569	25.580
2.02.02.02	Outros	30.569	25.580
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	30.569	25.580
2.02.04	Provisões	761.744	678.007
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	761.744	678.007
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	761.744	678.007
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.177.187	1.424.564
2.03.01	Capital Social Realizado	500.000	263.835
2.03.02	Reservas de Capital	54.396	38.029
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-39.726	-50.859
2.03.02.07	Reserva de Capital	94.122	88.888
2.03.04	Reservas de Lucros	1.609.007	1.107.729
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	13.784	14.971

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.261.088	2.481.850	983.138	1.948.143
3.01.01	Receita de comissões	941.160	1.868.998	754.878	1.489.933
3.01.02	Receita de aluguel	355.832	680.748	265.093	533.483
3.01.03	Receita de prestação de serviços	112.270	220.067	77.675	150.055
3.01.04	Impostos sobre serviços	-148.174	-287.963	-114.508	-225.328
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-407.688	-806.847	-342.387	-653.880
3.03	Resultado Bruto	853.400	1.675.003	640.751	1.294.263
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-223.852	-349.801	-115.414	-252.107
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-223.852	-349.801	-115.414	-252.107
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-58.675	-96.504	-42.621	-88.846
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-51.741	-102.811	-49.122	-93.513
3.04.02.03	Vendas e Marketing	-77.417	-100.817	-21.542	-57.561
3.04.02.04	Outras (despesas) receitas operacionais	-36.019	-49.669	-2.129	-12.187
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	629.548	1.325.202	525.337	1.042.156
3.06	Resultado Financeiro	189.076	367.407	118.844	237.819
3.06.01	Receitas Financeiras	216.142	406.557	144.272	272.475
3.06.01.01	Receitas Financeiras	6.084	13.567	7.094	17.238
3.06.01.02	Receita com Antecipação de Recebíveis	212.364	402.504	137.684	258.512
3.06.01.03	Despesas de ajuste a valor presente - Antecipação de Recebíveis	-3.360	-14.751	-1.556	-5.272
3.06.01.04	Variação cambial, líquida	1.054	5.237	1.050	1.997
3.06.02	Despesas Financeiras	-27.066	-39.150	-25.428	-34.656
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-27.066	-39.150	-25.428	-34.656
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	818.624	1.692.609	644.181	1.279.975
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-268.026	-574.311	-219.235	-429.759
3.08.01	Corrente	-312.253	-622.244	-232.019	-459.197
3.08.02	Diferido	44.227	47.933	12.784	29.438
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	550.598	1.118.298	424.946	850.216
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	550.598	1.118.298	424.946	850.216

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	548.854	1.115.447	423.578	848.232
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.744	2.851	1.368	1.984
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,84000	1,70720	0,78090	1,29990
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,83880	1,70480	0,78020	1,29750

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	550.598	1.118.298	424.946	850.216
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	550.598	1.118.298	424.946	850.216
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	548.854	1.115.447	423.578	848.232
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.744	2.851	1.368	1.984

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	613.554	1.046.990
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.982.618	1.488.385
6.01.01.01	Lucro Antes do IR e da CS	1.692.609	1.279.975
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	148.952	112.384
6.01.01.03	Constituição de provisão para Perda c/ Imob. e Intang. liq.	120	2.223
6.01.01.04	Custo residual de imobilizado e intangível baixados ou alienados	10.733	6.985
6.01.01.06	Opções de ações outorgadas	5.234	6.339
6.01.01.10	Perda com aluguel de equipamentos	17.348	14.350
6.01.01.11	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida	86.080	62.841
6.01.01.12	Ajuste a valor presente contas a receber	14.751	5.272
6.01.01.13	Participação de outros acionistas que não da Cielo S.A.	-2.851	-1.984
6.01.01.14	Juros sobre empréstimos e financiamentos	9.642	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-649.394	206.521
6.01.02.01	Contas a receber operacional	-738.175	-126.063
6.01.02.02	Impostos antecipados e a recuperar	-1.511	139
6.01.02.04	Outros valores a receber (circ. / não circulante)	14.412	41.809
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-69.829	-61.298
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-4.927	-3.058
6.01.02.07	Contas a pagar estabelecimentos	157.252	376.952
6.01.02.08	Fornecedores	39.778	41.903
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-7.978	-9.043
6.01.02.10	Outras obrigações (circulante e não circulante)	-36.073	-54.820
6.01.02.12	Pagamento de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-2.343	0
6.01.03	Outros	-719.670	-647.916
6.01.03.01	Juros recebidos	0	1.596
6.01.03.02	Juros pagos	0	-1.596
6.01.03.03	IR e CS pagos	-711.550	-647.916
6.01.03.05	Pagamento de juros de empréstimos	-8.120	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.680	-207.534
6.02.01	Aumento de capital em controladas e "joint ventures"	-2.100	-42.000
6.02.02	Aquisição de participação em "Joint Venture"	0	-47.000
6.02.03	Recebimentos referente à negociação de preço de aquisição da Braspag	600	0
6.02.04	Adições ao imobilizado e intangível	-11.180	-118.534
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-592.535	-837.009
6.03.05	Dividendos e juros s/capital próprio pagos	-666.217	-838.261
6.03.07	Opções de Ações exercidas	16.933	1.252
6.03.08	Aquisição de ações em tesouraria	-5.800	0
6.03.09	Captação de empréstimos, líquido das aquisições efetuadas	62.749	0
6.03.10	Pagamento de principal de empréstimos	-200	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.339	2.447
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	292.915	250.603
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	301.254	253.050

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	263.835	38.029	1.107.729	0	0	1.409.593	14.971	1.424.564
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.835	38.029	1.107.729	0	0	1.409.593	14.971	1.424.564
5.04	Transações de Capital com os Sócios	236.165	16.367	-614.169	0	0	-361.637	-4.038	-365.675
5.04.01	Aumentos de Capital	236.165	0	-236.165	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.234	0	0	0	5.234	0	5.234
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-5.800	0	0	0	-5.800	0	-5.800
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	16.933	0	0	0	16.933	0	16.933
5.04.06	Dividendos	0	0	-346.760	0	0	-346.760	0	-346.760
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-31.244	0	0	-31.244	0	-31.244
5.04.08	Efeito dos outros acionistas que não da Cielo S.A. sobre entidades consolidadas	0	0	0	0	0	0	-4.038	-4.038
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.115.447	0	0	1.115.447	2.851	1.118.298
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.115.447	0	0	0	2.851	1.118.298
5.07	Saldos Finais	500.000	54.396	1.609.007	0	0	2.163.403	13.784	2.177.187

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781	14.470	1.194.251
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781	14.470	1.194.251
5.04	Transações de Capital com os Sócios	163.836	7.591	-884.139	0	0	-712.712	-2.295	-715.007
5.04.01	Aumentos de Capital	163.836	0	-163.836	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.339	0	0	0	6.339	0	6.339
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1.252	0	0	0	1.252	0	1.252
5.04.06	Dividendos	0	0	-720.303	0	0	-720.303	0	-720.303
5.04.08	Efeito dos outros acionistas que não da Cielo S.A. sobre entidades consolidadas	0	0	0	0	0	0	-2.295	-2.295
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	848.232	0	0	848.232	1.984	850.216
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	848.232	0	0	848.232	1.984	850.216
5.07	Saldos Finais	263.836	22.300	1.029.165	0	0	1.315.301	14.159	1.329.460

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	2.752.465	2.159.121
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.769.813	2.173.471
7.01.02	Outras Receitas	-17.348	-14.350
7.01.02.01	Perdas com aluguel de equipamentos	-17.348	-14.350
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-820.948	-623.031
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-599.735	-484.522
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-190.362	-139.855
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-5.951	547
7.02.04	Outros	-24.900	799
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.931.517	1.536.090
7.04	Retenções	-148.952	-112.384
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-148.952	-112.384
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.782.565	1.423.706
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	403.508	270.491
7.06.02	Receitas Financeiras	406.359	272.475
7.06.03	Outros	-2.851	-1.984
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.186.073	1.694.197
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.186.073	1.694.197
7.08.01	Pessoal	140.109	130.370
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	883.145	674.212
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	47.372	41.383
7.08.03.03	Outras	47.372	41.383
7.08.03.03.01	Juros Provisionados e Aluguéis	47.372	41.383
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.115.447	848.232
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	31.244	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.084.203	848.232

Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas:

Apresentamos o comentário de desempenho e as informações financeiras trimestrais consolidadas da Cielo S.A. e controladas (“Sociedade”), relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, acompanhados do relatório de revisão especial dos Auditores Independentes.

As informações financeiras trimestrais da Sociedade foram preparadas de acordo com o padrão contábil internacional - IFRS (International Financial Reporting Standards) emitido pelo IASB (International Accounting Standards Board) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DESTAQUES 2T12

- **Volume financeiro de transações** totalizou **R\$ 91,7 bilhões**, aumento de 22,9% em relação ao 2T11;
- **Receita operacional líquida** totalizou **R\$ 1,3 bilhão**, aumento de **28,3%** em relação ao 2T11, ou **R\$ 277,9 milhões**, e de **3,3%** em relação ao 1T12, ou **R\$ 40,3 milhões**;
- **Receita com aluguel de equipamentos** totalizou **R\$ 355,8 milhões**, aumento de 34,2% em relação ao 2T11, ou **R\$ 90,7 milhões**, e de **9,5%** em relação ao 1T12 ou **R\$ 30,9 milhões**;
- **Lucro líquido Cielo** totalizou **R\$ 548,9 milhões**, aumento de **29,6%** em relação ao 2T11, ou **R\$ 125,3 milhões**, e redução de **3,1%** em relação ao 1T12, ou **R\$ 17,7 milhões**;
- **Margem de lucro líquido Cielo** de **37,3%**, redução de 0,5 ponto percentual em relação ao 2T11 e de 3,2 pontos percentuais em comparação ao 1T12;
- **EBITDA ajustado** de **R\$ 914,1 milhões**, aumento de **26,9%** em relação ao 2T11, ou **R\$ 193,8 milhões**, e redução de **3,6%** em relação ao 1T12, ou **R\$ 33,8 milhões**;
- **Margem EBITDA ajustada** de **62,2%**, redução de 2,1 pontos percentuais em comparação ao 2T11 e de 5,5 pontos percentuais em relação ao 1T12;

DESEMPENHO OPERACIONAL 2T12

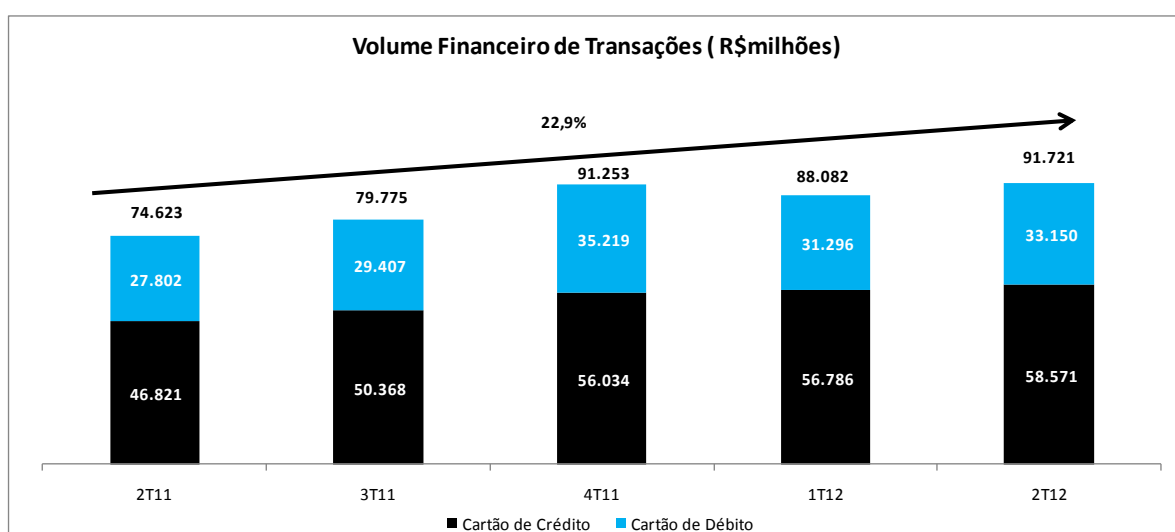
Volume Financeiro de Transações

No 2T12, a Cielo capturou 1,282 bilhão de transações, um crescimento de 17,2% em relação ao 2T11 e um aumento de 1,0% sobre o 1T12. O volume financeiro de transações totalizou R\$ 91,7 bilhões, representando um acréscimo de 22,9% quando comparado aos R\$ 74,6 bilhões no mesmo período em 2011 e aumento de 4,1% em relação ao 1T12.

Comentário do Desempenho

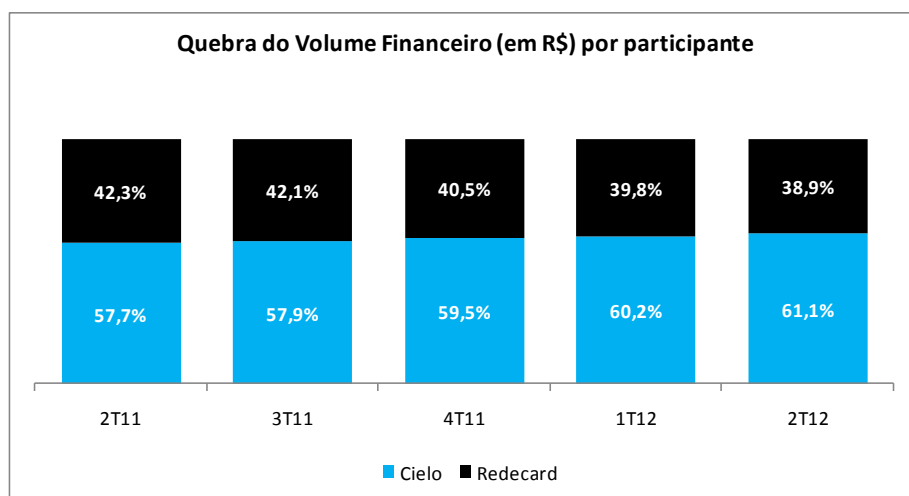
Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$ 58,6 bilhões no 2T12, o que representou um crescimento de 25,1% em relação ao 2T11 e aumento de 3,1% em relação ao 1T12. O ticket médio das transações com cartão de crédito foi de R\$ 78,00 no 2T12, 6,5% e 1,4% acima do ticket médio das transações no 2T11 e 1T12, respectivamente.

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$ 33,1 bilhões no 2T12, um crescimento de 19,2% em relação ao 2T11 e aumento de 5,9% em relação ao 1T12. O ticket médio das transações de cartão de débito foi de R\$ 62,42 no 2T12, 2,1% e 5,9% superior ao ticket médio das transações do 2T11 e 1T12 respectivamente.



Pelo fato de antes da implantação do cenário multibandeira a Cielo ser a única adquirente a trabalhar com a bandeira Visa, já tínhamos a expectativa de redução de participação. Contudo, desde o 4T10 nossa participação de mercado tem se mostrado bastante resiliente e até mesmo apresentado crescimento, como no 2T12, onde podemos ver um ganho de 0,9 p.p. em relação ao 1T12.

Comentário do Desempenho



Clientes Credenciados

O número de clientes credenciados ativos totalizava 1,3 milhão ao final do 2T12, o que representa um aumento de 13,3% sobre o 2T11 e um aumento de 4,3% sobre o 1T12. São considerados ativos aqueles clientes que realizaram pelo menos uma transação nos últimos 60 dias.

ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS	2T12	2T11	1T12	2T12 X 2T11	2T12 X 1T12
Estabelecimentos Ativos em 60 dias (mil)	1.264	1.115	1.212	13,3%	4,3%

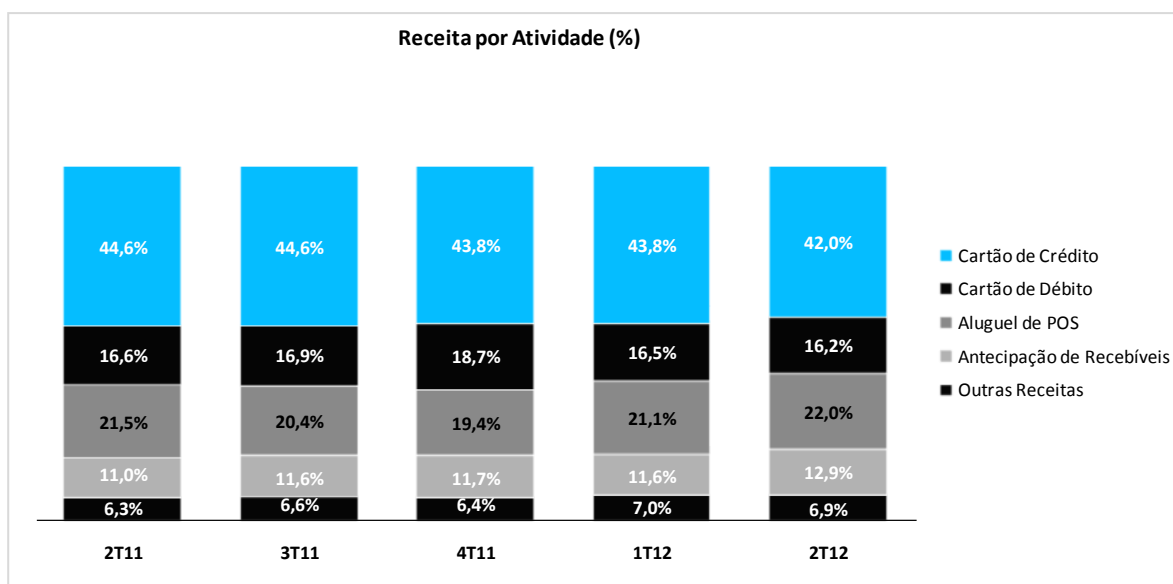
DESEMPENHO FINANCEIRO 2T12

Fontes de receita

As principais fontes de receitas são decorrentes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, além das receitas com aluguel de POS, outras receitas, e de antecipação de recebíveis aos seus clientes.

Comentário do Desempenho

A evolução da importância relativa de cada uma dessas fontes pode ser verificada abaixo:



No 2T12, a receita operacional líquida acrescida da receita líquida proveniente das operações de antecipação de recebíveis totalizou R\$ 1,470 bilhão, um crescimento de 31,3% sobre o mesmo trimestre de 2011 e aumento de 5,0% em relação ao 1T12.

Receita Operacional Bruta

A evolução das receitas operacionais seguem:

- A receita de **comissões** de crédito e débito totalizou R\$ 941,1 milhões no 2T12, 24,7% superior ao mesmo período de 2011. O aumento de R\$ 186,3 milhões resultou do aumento do volume financeiro de 22,9%, da variação no mix de produtos (participação maior do crédito), parcialmente impactado por uma redução na taxa bruta de desconto.

Com relação ao 1T12, a receita total de comissões aumentou R\$ 13,3 milhões, ou 1,4%, em função principalmente do aumento do volume financeiro em 4,1%, parcialmente impactada pela redução da taxa bruta de desconto.

- A receita de transações com **cartão de crédito** totalizou R\$ 679,7 milhões no 1T12, 23,6% superior à do 2T11, que foi de R\$ 550,1 milhões. O aumento de R\$ 129,7 milhões deve-se ao maior volume faturado de 25,1% e pela variação no mix de produtos (participação maior do parcelado), parcialmente impactado pela redução na taxa bruta de desconto.

Comentário do Desempenho

Com relação ao 1T12, a receita com **cartão de crédito** cresceu 0,9%. Este acréscimo de R\$ 6,0 milhões deve-se ao aumento de 3,1% no volume faturado, parcialmente impactado pelo mix de produtos (maior aumento do crédito regular) e redução da taxa bruta de desconto.

- A receita de transações com **cartão de débito** cresceu 27,6% quando comparada ao mesmo período de 2011, alcançando R\$ 261,4 milhões. O aumento de R\$ 56,6 milhões é reflexo do aumento de 19,2% no volume faturado e do aumento da taxa bruta de desconto, parcialmente impactado pelo mix de produtos (maior participação do agro).

Em comparação ao 1T12, a receita com **cartão de débito** aumentou 2,9%. Este aumento de R\$ 7,3 milhões foi consequência do aumento de 5,9% no volume faturado, parcialmente impactado pelo mix de produtos (maior participação do agro).

- A receita de **aluguel de equipamentos** (POS) totalizou R\$ 355,8 milhões, 34,2% superior ao registrado no mesmo período de 2011. O aumento ocorreu em função do número de POS instalados e do aluguel médio terem aumentado 17,4% e 14,3%, respectivamente.

POS	2T12	2T11	1T12	2T12 X 2T11	2T12 X 1T12
# POS Instalado	1.586	1.351	1.524	17,4%	4,1%
Aluguel Mensal Médio (R\$/POS Instalado)	75	65	71	14,3%	5,2%
Receita de Aluguel de Equipamentos (R\$ milhões)	355,8	265,1	324,9	34,2%	9,5%

Em comparação ao 1T12, a receita de **aluguel de equipamentos** foi 9,5% superior. No mesmo período tivemos um crescimento de 4,1% da base de equipamentos instalados, o aumento da representatividade de equipamentos WiFi/GPRS no parque instalado (com aluguel mais elevado) que atingiu 42% ao final do 2T12, o impacto do reajuste nos preços cobrados pelo aluguel dos equipamentos realizados no 1T12 e a diminuição dos descontos oferecidos.

- A linha de **Outras Receitas** totalizou R\$ 112,3 milhões, um aumento de 44,5% quando comparado ao mesmo trimestre de 2011. Este aumento de R\$ 34,6 milhões é justificado principalmente pela variação da receita em R\$ 15,8 milhões da controlada M4U , pelo aumento da receita proveniente da controlada Braspag em R\$ 5,1 milhões e também pelo aumento da receita de trava de domicílio bancário.

Em relação ao 1T12, a linha **Outras Receitas** apresentou crescimento de 4,1%, ou R\$ 4,5 milhões, principalmente em função do aumento das receitas provenientes da controlada M4U.

Comentário do Desempenho

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados foi superior em 19,1%, totalizando R\$ 407,7 milhões no 2T12, comparado a R\$ 342,4 milhões no mesmo trimestre de 2011. Este aumento de R\$ 65,3 milhões foi basicamente composto de:

- Aumento de R\$ 29,9 milhões em função do aumento de transações capturadas;
- Aumento de R\$ 28,0 milhões em função do aumento das tarifas pagas às bandeiras (aumento de volume e da tarifa);
- Aumento de R\$ 16,1 milhões referentes à depreciação de equipamentos de captura (POS), justificado principalmente pelo aumento do parque total e pela mudança do mix de equipamentos, com mais terminais *wireless*, que apresentam valores mais elevados;
- Aumento de R\$ 10,1 milhões devido aos custos relacionados as controladas M4U, Orizon e Cielopar (Paggo e Braspag);
- Redução de R\$ 18,8 milhões em função da renegociação de contratos com fornecedores (linhas de processamento e rede de captura, entre outros).

O custo unitário por transação no 2T12 foi de R\$ 0,318, valor 1,6% maior em comparação ao mesmo período de 2011, que foi de R\$ 0,313.

Na análise comparativa com o 1T12, o custo dos serviços prestados foi R\$ 8,5 milhões maior no 2T12, ou 2,1%. Este aumento foi basicamente composta de:

- Aumento de R\$ 3,8 milhões dos custos das controladas M4U, Orizon e Cielopar (Paggo e Braspag);
- Aumento de R\$ 2,0 milhões referente à depreciação de equipamentos de captura (POS), justificado principalmente pelo aumento do parque total;
- Aumento de R\$ 2,4 milhões em função do aumento das transações capturadas;
- Aumento de R\$ 0,3 milhão referente à outros custos relacionados à manutenção e ativação de terminais, parcialmente impactados pela renegociação com fornecedores.

O custo unitário por transação no 2T12 foi 1,1% superior ao do 1T12. O custo unitário (excluindo subsidiárias) aumentou 0,3% em relação ao 1T12.

Comentário do Desempenho

Despesas Operacionais

2T12 x 2T11

As despesas operacionais aumentaram R\$ 108,4 milhões, ou 94,0%, ficando em R\$ 223,8 milhões no 2T12, comparado a R\$ 115,4 milhões no mesmo trimestre de 2011. As principais variações seguem:

- As **despesas de pessoal** aumentaram 5,3% ou R\$ 2,6 milhões em relação ao 2T11, devido principalmente ao reajuste de 7,0% nos salários, definido pelo acordo com o sindicato no 3T11.
- As **despesas gerais e administrativas** aumentaram 37,2% ou R\$ 15,4 milhões em relação ao 2T11, principalmente em função do aumento de gastos com serviços de consultoria.
- As **despesas de vendas e marketing** aumentaram 259,4% ou R\$ 55,8 milhões em relação ao 2T11, em função da realização de algumas campanhas que foram postergadas do 1T12 e dos incentivos pagos a bancos parceiros como despesas de vendas e marketing compartilhados.
- **Outras (despesas) receitas operacionais líquidas** aumentaram R\$ 33,9 milhões em relação ao 2T11, em função de estornos de provisões diversas no 2T11, da baixa de créditos incobráveis de aluguel de POS e dos aumentos de provisão para contingências (cíveis e trabalhistas) no 2T12.

2T12 x 1T12

As despesas operacionais com relação ao 1T12, houve aumento de 77,7%, ou R\$ 97,9 milhões. As principais variações seguem:

- As **despesas de pessoal** aumentaram 1,3% ou R\$ 0,7 milhão em relação ao 1T12.
- As **despesas gerais e administrativas** aumentaram 57,6% ou R\$ 20,8 milhões em relação ao 1T12, principalmente em função do aumento de gastos com serviços de consultoria.
- As **despesas de vendas e marketing** aumentaram 230,8% ou R\$ 54,0 milhões em relação ao 1T12, em função da realização de algumas campanhas que foram postergadas do 1T12 e dos incentivos pagos a bancos parceiros como despesas de vendas e marketing compartilhados.

Comentário do Desempenho

- **Outras (despesas) receitas operacionais líquidas** aumentaram R\$ 22,4 milhões em relação ao 1T12, em função principalmente dos aumentos de provisão para contingências (cíveis e trabalhistas) e da baixa de créditos incobráveis de aluguel de POS.

Resultado financeiro

As **receitas financeiras** reduziram 18,7% ou R\$ 1,4 milhões em relação ao 1T12.

As **despesas financeiras** aumentaram R\$ 14,9 milhões, ou 124,0%, ficando em R\$ 27,0 milhões no 2T12, comparado a R\$ 25,4 milhões no mesmo trimestre de 2011.

A receita bruta de **Antecipações de Recebíveis** somou R\$ 212,4 milhões no trimestre, representando um crescimento de 54,2% em relação ao 2T11 e um aumento de 11,7% em relação ao 1T12. A receita líquida do ajuste a valor presente de antecipação de recebíveis no 2T12 totalizou R\$ 209,0 milhões, 53,5% maior que a do 2T11 e 16,9% maior em relação ao 1T12. Já a receita de antecipação de recebíveis líquida do ajuste a valor presente e das despesas financeiras no 1T12 representou R\$ 194,5 milhões, 70,0% maior do que a do 2T11 e 12,6% maior do que no 1T12. O volume financeiro de operações de transações antecipadas no 2T12 totalizou R\$ 6,1 bilhões, representando 10,5% do volume total de crédito e o ticket médio destas operações ao longo do 2T12 foi de R\$ 2,6 mil, valor praticamente estável com relação ao 2T11 e 1T12, de R\$ 2,5 mil e R\$ 2,6 mil respectivamente.

EVENTOS DO TRIMESTRE

Aumento de capital - Em 20 de abril de 2012, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi deliberado o aumento do capital social dos atuais R\$ 263,8 milhões para R\$ 500 milhões. Ou seja, um aumento de R\$ 236,2 milhões, com bonificação de ações, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, 1 (uma) nova ação ordinária para cada lote de 5 (cinco) ações ordinárias de que forem titulares na posição final de 20 de abril de 2012, sendo que a partir de 23 de abril de 2012, inclusive, as ações foram negociadas “ex direito” à bonificação, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade.

Lançamento do produto Crediário - Em Abril de 2012, a Sociedade lançou o crediário, um produto único e com tecnologia exclusiva, em parceria com o Banco do Brasil e Bradesco. Através deste produto, o lojista oferece uma forma adicional de pagamento que permite o portador de cartão pagar em até 48 parcelas, acessando um crédito pré-aprovado de sua conta corrente, através do cartão do banco.

Comentário do Desempenho

Aquisição do controle da Merchant-E Solution (“MeS”) - No dia 2 de julho de 2012, a Sociedade divulgou o compromisso para aquisição, mediante cumprimento de determinadas condições precedentes e por meio da empresa subsidiária no exterior, de 100% do capital da Merchant e-Solutions (“MeS”), companhia norte-americana provedora global de soluções para pagamento. A aquisição será efetuada pelo valor de US\$670 milhões a serem pagos na data do fechamento, sujeito ao cumprimento das condições prévias acertadas entre as partes. A MeS, fundada em 2000, possui plataforma tecnológica de última geração, desenvolvida especificamente para o negócio de aquisição, o que permitiu à mesma se diferenciar no mercado americano. Essa plataforma, considerada “best in class” na indústria de meios de pagamento, permitirá a Sociedade atingir um novo patamar tecnológico, reforçando a estratégia de oferecer soluções e serviços inovadores aos seus clientes e parceiros no Brasil.

EBITDA E EBITDA AJUSTADO

O EBITDA e EBITDA AJUSTADO é a medida utilizada pela Administração da Sociedade para demonstrar seu desempenho.

O EBITDA ajustado corresponde ao lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro, exceto os ganhos líquidos nas operações de antecipação de recebíveis. Ao lucro líquido é acrescida a participação dos acionistas que não da Cielo S.A.

O EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerada como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

Segue abaixo a reconciliação do EBITDA e EBITDA Ajustado:

EBITDA Ajustado(R\$ milhões)	2T12	2T11	1T12	2T12 X 2T11	2T12 X 1T12
Lucro Líquido Cielo	548,9	423,6	566,6	29,6%	-3,1%
Participação dos acionistas não-controladores	1,7	1,4	1,1	24,6%	57,6%
Resultado Financeiro	(189,0)	(118,9)	(178,3)	59,0%	6,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	268,0	219,2	306,3	22,3%	-12,5%
Depreciação e Amortização	75,5	58,8	73,4	28,5%	2,8%
EBITDA	705,1	584,1	769,1	20,7%	-8,3%
% Margem EBITDA	55,9%	59,4%	63,0%	(3.5) p.p.	(7.1) p.p.
Receita Líquida de Antecipação de Recebíveis	209,0	136,1	178,7	53,6%	16,9%
EBITDA Ajustado	914,1	720,2	947,8	26,9%	-3,6%
% Margem EBITDA Ajustada	62,2%	64,3%	67,7%	(2.1)p.p.	(5.5) p.p.

Comentário do Desempenho

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Sociedade adota uma postura ética, responsável e transparente na administração dos negócios e busca aperfeiçoar seu padrão de governança corporativa de acordo com as melhores práticas de mercado, com o objetivo de preservar o direito dos acionistas, por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto.

A Cielo possui Conselho de Administração composto por 10 membros (2 independentes) e Conselho Fiscal com 3 membros. Além dos citados órgãos societários, foram instalados comitês de assessoramento, responsáveis pela formulação de recomendações quanto a estratégias de negócios, o que engloba estratégias de longo prazo, desempenho da Sociedade e controle e fiscalização das medidas adotadas. Atualmente, além do comitê de Auditoria, que possui previsão estatutária, estão instalados os seguintes comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: Finanças, Pessoas e Governança Corporativa.

A Sociedade adota Políticas de Divulgação de Informações, de Negociação de Ações e Código de Ética, o qual estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas: colaboradores, clientes, fornecedores, investidores, órgãos reguladores, sociedade e governos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que durante o 2T12 a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No trimestre findo em 30 de junho de 2012, não foram prestados pelos auditores independentes, e partes a eles relacionadas serviços não relacionados à auditoria externa.

As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, EBITDA ajustado, margem EBITDA, volume financeiro e quantidade de transações, taxas de desconto, informações da indústria e setoriais, contribuições na receita líquida, quantidade de funcionários e investimentos totais e faturamento gerencial não foram objeto de revisão especial realizada pelos auditores independentes em 30 de junho de 2012.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) foi constituída em 23 de novembro de 1995 no Brasil e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; e a coleta de dados e de processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede em Barueri, São Paulo, cujas ações foram admitidas à negociação na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e suas controladoras integram os conglomerados Banco do Brasil e Bradesco.

O contexto operacional das controladas e das controladas em conjunto é como segue:

Controladas diretas

- Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”) - seu objeto social consiste na prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento; no desenvolvimento de atividades correlatas no setor de serviços julgadas de interesse da Servinet; e na participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
- Servrede Serviços S.A. (“Servrede”) - tem como principal atividade a participação em outras sociedades como cotista ou acionista.
- CieloPar Participações Ltda. (“CieloPar”) - tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
- Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“Orizon”), anteriormente denominada Orizon Brasil Processamento de Informações de Saúde Ltda. - seu objeto social consiste na consultoria e no processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte (“back office”) para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias, em plataforma tecnológica única; na prestação de serviços de digitalização e automatização de processos, emissão de cartões, atendimento em “call center” e outras soluções; na prestação de serviços de leitura de informações de cartões e roteamento de transações não financeiras; na locação ou comercialização de leitoras de cartões, outros equipamentos e sistemas de informática utilizados na prestação de seus serviços, bem como na prestação de assistência técnica a referidos equipamentos; e na participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista.

Notas Explicativas

Controladas indiretas

- Prevsáude Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (“Prevsáude”) - controlada da Orizon, tem como objeto social a prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios. A Prevsáude administra a relação dos funcionários de seus clientes com as farmácias, com os médicos e com a própria empresa contratante.
- Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. (“Precisa”) - controlada da Orizon, tem como objeto social a comercialização de medicamentos em geral, com foco na prevenção e manutenção do estado de saúde, com sistema de entrega programada. A Precisa é uma “farmácia” voltada para atender aos clientes da Prevsáude, com foco principal nos pacientes crônicos. Ela é responsável pela entrega de medicamentos de administração recorrente aos clientes da Prevsáude com doenças crônicas, tais como diabetes, câncer e problemas cardíacos e de pressão, o que permite monitorar a entrega e o consumo do medicamento, aumentando a efetividade do tratamento.
- Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) - controlada da Servrede, tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular; o comércio de recarga de aparelhos celulares ou fixos; a prestação de serviços de consultoria em tecnologia, desenvolvimento e licenciamento de software; o comércio de produtos e a prestação de serviços tecnológicos; e a representação comercial.
- M4 Produtos e Serviços S.A. (“M4 Produtos”) - controlada da Multidisplay, tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, televisão pré-paga, transporte pré-pago e similares; a prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de softwares.
- Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”) - controlada da CieloPar, tem como objeto social a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito; a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos para captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito; e a administração dos pagamentos e recebimentos com a rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito na modalidade de pagamentos móveis.
- Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. (“Braspag”) - controlada da CieloPar, tem como objeto social o desenvolvimento de programas de computador; o processamento de transações eletrônicas; a prestação de serviços de consultoria, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet; a administração de cartões de crédito de terceiros; a obtenção, em nome e por conta dos titulares de cartões de crédito e dos estabelecimentos filiados, de financiamentos com instituições financeiras; e a concessão de aval ou fiança às partes integrantes do negócio de cartão de crédito.

A Cielo e suas controladas são também designadas como “Grupo” ao longo deste relatório.

Notas Explicativas

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Sociedade compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade, que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Controladora (BR GAAP)”.
- As informações contábeis intermediárias consolidadas da Sociedade, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado (IFRS e BR GAAP)”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do semestre.

Notas Explicativas

2.5. Contas a receber dos bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos comerciais (transações pendentes de repasse)

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio e os saldos de contas a pagar a estabelecimentos deduzidos das taxas líquidas de administração (taxa de desconto); os prazos de recebimento dos emissores e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores a um ano.

Sobre as contas a receber dos bancos emissores relacionadas às operações de antecipações de recebíveis é registrado ajuste a valor presente, calculado individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados, e utilizando as taxas de juros contratadas nessas operações.

2.6. Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados, no mínimo, anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ativos intangíveis gerados internamente - gastos com pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Notas Explicativas

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.
- A intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível.
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando da alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada período de relatório, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Notas Explicativas

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Combinação de negócios

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

As participações não controladoras que correspondem a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Informações contábeis intermediárias individuais

Nas informações contábeis intermediárias individuais, a Sociedade aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às informações contábeis intermediárias consolidadas.

2.10. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Notas Explicativas

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.11. Investimentos em controladas e controladas em conjunto (“joint ventures”)

Controlada é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e poder de eleger a maioria dos administradores. A preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores de modo permanente ocorrem, presumidamente, quando a empresa investidora possui o controle acionário representado por mais de 50% do capital votante da outra sociedade. Nesse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das controladas indiretas são somados às posições contábeis consolidadas integralmente e o valor patrimonial da participação dos acionistas não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido da controlada.

“Joint ventures” são aquelas entidades nas quais o controle é exercido em conjunto pela Sociedade e por um ou mais sócios. Os investimentos em “joint ventures” são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das “joint ventures” são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social. Nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas informações contábeis intermediárias consolidadas do Grupo apenas na medida das participações do Grupo na controlada em conjunto não relacionada a ele.

2.12. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Notas Explicativas

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente (por empresa do Grupo) com base nas alíquotas vigentes no fim do semestre.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias consolidadas; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das informações contábeis intermediárias e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período de relatório ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Notas Explicativas

2.13. Benefícios a empregados

A Sociedade e suas controladas são copatrocinadoras de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

2.14. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.
- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Sociedade, e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base.
- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Notas Explicativas

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método da taxa efetiva de juros

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Notas Explicativas

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja “performance” seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Sociedade, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente.
- Formarem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a norma IAS 39 permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa efetiva de juros é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

Notas Explicativas

2.15. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data do processamento das transações. As receitas decorrentes da captura das transações parceladas com cartões de crédito são apropriadas ao resultado na data do processamento de cada parcela. A receita de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

A receita com antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “pro rata temporis”, considerando os seus prazos de vencimento.

2.16. Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. Quando se espera que o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão seja recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo apenas quando o reembolso é virtualmente certo e o montante pode ser estimado com segurança.

As provisões contabilizadas pela Sociedade decorrem substancialmente de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e ex-funcionários, mediante ações cíveis e trabalhistas. Esses processos judiciais são avaliados pela Administração da Sociedade e de suas controladas com seus assessores jurídicos e são quantificados por meio de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente à decisão, ao prazo e ao valor.

As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

Notas Explicativas

2.17. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as informações contábeis intermediárias, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis intermediárias, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 18.f).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.18. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas dos balanços e as diferenças decorrentes da conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do semestre.

2.19. Remuneração com base em ações

A Sociedade oferece a seus administradores e executivos e aos de sua controlada Servinet plano de opção de compra de ações. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devam ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 10 e na norma IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações.

2.20. Uso de estimativas

A preparação das informações contábeis intermediárias requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no semestre demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos POS), imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para riscos. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas anualmente.

Notas Explicativas

2.21. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22. Novas normas, alterações e interpretações de normas

No primeiro semestre de 2012, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor no segundo semestre de 2012 e em 2013. A Administração da Sociedade avaliou essas novas normas e, exceto quanto à aplicação das normas IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IFRS 11 - Acordos Conjuntos, não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. Com a adoção das normas IFRS 10 e IFRS 11, é possível que a Sociedade não possa mais consolidar de forma proporcional algumas de suas controladas em conjunto. No entanto, a Administração ainda não completou a análise detalhada dessas normas nem quantificou os eventuais efeitos sobre as suas informações contábeis intermediárias.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 30 de junho de 2012. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

2.23. Reclassificações

A demonstração do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2011, apresentada para fins de comparação, foi reclassificada para refletir as despesas com incentivos fiscais relacionadas a programas de doação para atividades culturais e artísticas na rubrica de despesa de imposto de renda - corrente, conforme mencionado na nota explicativa nº 23.

Notas Explicativas

3. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Sociedade e de suas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. Nas informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas são incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição. O saldo dos resultados é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras mesmo se essas participações apresentarem resultado negativo.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam os saldos das contas da Sociedade (controladora), das controladas diretas Servinet, Servrede e CieloPar, das controladas indiretas Multidisplay, M4 Produtos e Braspag (a partir de 23 de maio de 2011) e proporcionalmente das “joint ventures” Orizon, Prevsáude, Precisa e Paggo Soluções (a partir de 28 de fevereiro de 2011). Na elaboração destas informações contábeis intermediárias consolidadas foram eliminados os saldos e as transações entre essas Empresas.

Para as controladas, foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos acionistas não controladores.

Os componentes de ativo, passivo, receitas e despesas das “joint ventures” Orizon, Prevsáude, Precisa e Paggo Soluções foram incluídos proporcionalmente à participação da controladora no capital social destas, considerando o controle compartilhado estabelecido através dos Acordos de Acionistas firmados entre a Sociedade e suas parceiras nessas “joint ventures”, em que nenhuma das partes, sozinha, determina as políticas financeiras e operacionais.

3.1. Controladas diretas (controle individual) e indiretas

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Controladas diretas:				
Servinet	99,99	99,99	99,99	99,99
Servrede	99,99	99,99	99,99	99,99
CieloPar	99,99	99,99	99,99	99,99
Controladas indiretas:				
Multidisplay	50,10	50,10	50,10	50,10
M4 Produtos	50,10	50,10	50,10	50,10
Braspag	100,00	100,00	100,00	100,00

Notas Explicativas

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e as principais rubricas da demonstração dos resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011:

	30.06.2012					
	Servinet	Servrede	CieloPar	Multidisplay	M4	
					Produtos	Braspag
Ativo:						
Circulante	26.834	3.172	2.006	15.676	43.923	5.900
Não circulante	<u>46.629</u>	<u>61.529</u>	<u>94.215</u>	<u>9.882</u>	<u>9.891</u>	<u>1.290</u>
Total do ativo	<u>73.463</u>	<u>64.701</u>	<u>96.221</u>	<u>25.558</u>	<u>53.814</u>	<u>7.190</u>
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	17.430	52	1	13.969	44.589	3.331
Não circulante	31.998	34.725	5.360	-	1	16
Patrimônio líquido	24.035	21.923	90.860	11.589	9.224	3.843
Participação de acionistas não controladores	-	<u>8.001</u>	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>73.463</u>	<u>64.701</u>	<u>96.221</u>	<u>25.558</u>	<u>53.814</u>	<u>7.190</u>
	31.12.2011					
	Servinet	Servrede	CieloPar	Multidisplay	M4	
					Produtos	Braspag
Ativo:						
Circulante	29.361	1.848	1	10.651	42.419	9.676
Não circulante	<u>48.454</u>	<u>64.835</u>	<u>94.746</u>	<u>10.102</u>	<u>8.575</u>	<u>689</u>
Total do ativo	<u>77.815</u>	<u>66.683</u>	<u>94.747</u>	<u>20.753</u>	<u>50.994</u>	<u>10.365</u>
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	23.857	27	-	8.877	41.251	8.852
Não circulante	31.795	29.801	5.605	-	5	16
Patrimônio líquido	22.163	27.810	89.142	11.876	9.738	1.497
Participação de acionistas não controladores	-	<u>9.045</u>	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>77.815</u>	<u>66.683</u>	<u>94.747</u>	<u>20.753</u>	<u>50.994</u>	<u>10.365</u>

Notas Explicativas

	30.06.2012					
	<u>Servinet</u>	<u>Servrede</u>	<u>CieloPar</u>	<u>Multidisplay</u>	M4	
					<u>Produtos</u>	<u>Braspag</u>
Resultado:						
Receita líquida	50.588	-	-	60.825	20.913	8.587
Lucro (prejuízo) bruto	48.579	(3.162)	3.680	3.766	13.329	5.794
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	2.757	737	(1.786)	6.080	7.305	2.677
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	3.217	(4.601)	(1.781)	6.080	7.572	3.109
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	1.871	(4.087)	(1.781)	5.713	4.997	2.346
	30.06.2011					
	<u>Servinet</u>	<u>Servrede</u>	<u>CieloPar</u>	<u>Multidisplay</u>	M4	
					<u>Produtos</u>	
Resultado:						
Receita líquida	48.098	-	-	38.438	17.586	
Lucro (prejuízo) bruto	45.382	(2.436)	-	2.796	6.841	
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	2.301	350	(2.950)	4.329	4.891	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.519	386	(2.950)	4.317	5.072	
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	1.672	800	(2.950)	3.976	2.886	

3.1.1. “Joint ventures” (empresas com controle compartilhado)

As participações nas “joint ventures” incluem:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
“Joint ventures”:				
Orizon	40,95	40,95	40,95	40,95
Prevsáude	40,95	40,95	40,95	40,95
Precisa	40,95	40,95	40,95	40,95
Paggo Soluções	50,00	50,00	50,00	50,00

As informações financeiras das “joint ventures” foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, considerando o controle compartilhado do período através dos Acordos de Acionistas. A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das “joint ventures”:

Notas Explicativas

	30.06.2012			
	Orizon	Precisa	Prevsau�de	Paggo Solu�es
Ativo:				
Circulante	65.948	18.675	3.059	3.408
Não circulante	<u>57.052</u>	<u>1.394</u>	<u>327</u>	<u>85.432</u>
Total do ativo	<u>123.000</u>	<u>20.069</u>	<u>3.386</u>	<u>88.840</u>
Passivo e patrim�nio líquido:				
Circulante	8.571	7.053	2.050	2.216
Não circulante	411	-	38	-
Patrim�nio líquido	<u>114.018</u>	<u>13.016</u>	<u>1.298</u>	<u>86.624</u>
Total do passivo e patrim�nio líquido	<u>123.000</u>	<u>20.069</u>	<u>3.386</u>	<u>88.840</u>
	31.12.2011			
	Orizon	Precisa	Prevsau�de	Paggo Solu�es
Ativo:				
Circulante	57.207	20.909	2.404	10.348
Não circulante	<u>56.846</u>	<u>680</u>	<u>321</u>	<u>92.951</u>
Total do ativo	<u>114.053</u>	<u>21.589</u>	<u>2.725</u>	<u>103.299</u>
Passivo e patrim�nio líquido:				
Circulante	7.929	8.595	2.014	5.251
Não circulante	1.545	2.954	47	-
Patrim�nio líquido	<u>104.579</u>	<u>10.040</u>	<u>664</u>	<u>98.048</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>114.053</u>	<u>21.589</u>	<u>2.725</u>	<u>103.299</u>

A seguir estão demonstradas as principais rubricas da demonstra o do resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011:

	30.06.2012			
	Orizon	Precisa	Prevsau�de	Paggo Solu�es
Resultado:				
Receita líquida	33.894	43.592	5.234	218
Lucro (prejuízo) bruto	15.743	4.203	1.692	(11.149)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	9.418	3.372	795	(15.722)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribui�o social	11.592	3.252	795	(15.624)
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	9.439	2.976	634	(15.624)
	30.06.2011			
	Orizon	Precisa	Prevsau�de	Paggo Solu�es
Resultado:				
Receita líquida	28.363	36.938	4.103	193
Lucro (prejuízo) bruto	11.426	1.076	819	(5.782)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	4.633	683	1.209	(5.888)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribui�o social	6.262	212	1.087	(5.899)
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	4.572	21	1.040	(5.899)

Notas Explicativas

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Caixa e bancos:				
Moeda nacional	1.821	1.489	5.406	6.257
Moeda estrangeira	15.476	15.453	15.476	15.453
Aplicações financeiras:				
Debêntures compromissadas (a)	201.326	207.508	222.475	223.296
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	25.168	13.546	54.658	44.907
“Money Market Deposit Account” - MMDA (b)	<u>3.239</u>	<u>3.002</u>	<u>3.239</u>	<u>3.002</u>
Total	<u>247.030</u>	<u>240.998</u>	<u>301.254</u>	<u>292.915</u>

Os saldos da rubrica “Caixa e bancos” são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas instituições financeiras emissoras de cartões de crédito e de débito, sendo tais valores utilizados para a liquidação financeira das transações com os estabelecimentos comerciais.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) Em 30 de junho de 2012, as aplicações financeiras em debêntures compromissadas e CDB foram rentabilizadas, em média, a 102,58% (101,8% em 31 de dezembro de 2011), do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (b) Os recursos aplicados no exterior (Nova York - Estados Unidos) em MMDA são rentabilizados a uma taxa prefixada de 0,25% ao ano.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

O efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre os valores disponíveis em contas bancárias no exterior não é relevante nas informações contábeis intermediárias da Sociedade.

5. CONTAS A RECEBER OPERACIONAIS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Antecipação de recebíveis (a)	3.651.442	2.924.791	3.651.442	2.924.791
Trava de domicílio bancário (b)	6.897	5.165	6.897	5.165
Serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde (c)	-	-	5.850	6.857
Serviço de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte (d)	4.492	4.769	4.492	4.769
Contas a receber de serviços de “mobile payment” (e)	-	-	41.084	38.276
Contestações de portadores de cartões de crédito - “chargeback” (f)	26.717	34.956	26.717	34.956
Outras contas a receber	<u>2.657</u>	<u>2.115</u>	<u>6.441</u>	<u>4.685</u>
Total	<u>3.692.205</u>	<u>2.971.796</u>	<u>3.742.923</u>	<u>3.019.499</u>

Notas Explicativas

- (a) Em 30 de junho de 2012, o saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis realizadas que serão recebidas dos bancos emissores em até 360 dias da data de antecipação aos estabelecimentos comerciais.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2012, o referido montante está líquido do ajuste a valor presente referente à receita financeira recebida antecipadamente na data da liberação do numerário, no total de R\$115.651 (R\$100.900 em 31 de dezembro de 2011), haja vista que está relacionado à antecipação de recebíveis por vendas a crédito parcelado, cujo vencimento original ocorreria após as datas dos balanços.

- (b) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.
- (c) Contas a receber da controlada em conjunto Orizon decorrentes da prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica, em plataforma tecnológica única, objetivando a troca de informações entre as operadoras de saúde e os prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
- (d) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.
- (e) Contas a receber referentes a serviços de pagamentos eletrônicos realizados pelas controladas M4 Produtos e Multidisplay através de aparelhos celulares e venda de créditos telefônicos com cartões de crédito e débito.
- (f) Corresponde substancialmente a saldos a receber de contestação de portadores de cartão de crédito. A despesa com perdas de “chargeback” no semestre findo em 30 de junho de 2012 totaliza R\$373 (R\$4.289 em 31 de dezembro de 2011).

O saldo da rubrica “Contas a receber operacionais”, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
A vencer	3.665.488	2.936.840	3.716.206	2.984.543
Vencidos até 45 dias	<u>26.717</u>	<u>34.956</u>	<u>26.717</u>	<u>34.956</u>
Total	<u>3.692.205</u>	<u>2.971.796</u>	<u>3.742.923</u>	<u>3.019.499</u>

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis e estão classificados no ativo não circulante.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Notas Explicativas

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo é como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos	241.726	213.241	252.604	224.044
Provisão para despesas diversas	100.910	85.740	100.191	86.357
Ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis	39.424	34.408	39.424	34.408
Provisão para perdas com equipamentos POS	1.095	1.053	1.095	1.053
Efeito sobre alocação de preço de aquisição	-	-	(4.217)	(4.751)
Total	<u>383.155</u>	<u>334.442</u>	<u>389.097</u>	<u>341.111</u>

7. INVESTIMENTOS

	Controladora (BR GAAP)	
	30.06.2012	31.12.2011
Em controladas	136.818	139.115
Em controladas em conjunto	<u>40.810</u>	<u>36.945</u>
Total	<u>177.628</u>	<u>176.060</u>

Principais informações sobre as controladas, controladas indiretas e controladas em conjunto

	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do semestre		Participação - %		Equivalência patrimonial		Investimentos	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	31.12.2011
Servinet	24.035	22.163	1.871	1.672	99,99	99,99	1.871	1.672	24.035	22.163
Servrede	21.923	27.810	(4.087)	800	99,99	99,99	(4.086)	800	21.923	27.810
Orizon (a) e (b)	114.018	104.579	9.439	4.572	40,95	40,95	3.865	1.872	40.810	36.945
CieloPar	90.860	89.142	(1.782)	(2.950)	99,99	99,99	(1.782)	(2.950)	90.860	89.142
Total							<u>(132)</u>	<u>1.394</u>	<u>177.628</u>	<u>176.060</u>

Controladas em conjunto de forma indireta

	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do semestre		Participação - %	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	31.12.2011
Prevsáude (b)	1.298	664	634	1.040	40,95	40,95
Precisa (b)	13.016	10.040	2.976	21	40,95	40,95
Multidisplay (b)	11.589	11.876	5.713	3.976	50,10	50,10
M4 Produtos(b)	9.224	9.738	4.997	2.886	50,10	50,10
Paggo Soluções (b)	86.624	98.048	(15.624)	(5.899)	50,00	50,00
Braspag (b)	3.843	1.497	2.346	-	100,00	100,00

(a) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda. e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.

(b) Foram utilizadas as demonstrações financeiras de 31 de maio de 2012 para efeito de cálculo dos investimentos em 30 de junho de 2012. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período de seis meses findo em 31 de maio de 2012.

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011 é como segue:

31 de dezembro de 2010	76.088
Aumento de capital em controlada - CieloPar	89.001
Equivalência patrimonial	<u>1.394</u>
30 de junho de 2011	<u>166.483</u>
31 de dezembro de 2011	176.060
Aumento de capital em controlada - CieloPar	3.500
Dividendos recebidos da Servrede	(1.800)
Equivalência patrimonial	<u>(132)</u>
30 de junho de 2012	<u>177.628</u>

8. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora (BR GAAP)			
		Custo	30.06.2012		31.12.2011
			Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	980.343	(549.688)	430.655	476.102
Equipamentos de processamento de dados	20	42.390	(23.889)	18.501	18.487
Máquinas e equipamentos	10	41.209	(39.324)	1.885	2.450
Instalações	10	13.049	(7.352)	5.697	6.027
Móveis e utensílios	10	6.496	(2.954)	3.542	3.830
Veículos	20	<u>2.411</u>	<u>(977)</u>	<u>1.434</u>	<u>1.363</u>
Total		<u>1.085.898</u>	<u>(624.184)</u>	<u>461.714</u>	<u>508.259</u>

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		Custo	30.06.2012		31.12.2011
			Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	983.299	(552.430)	430.869	476.406
Equipamentos de processamento de dados	20	53.112	(30.452)	22.660	21.697
Máquinas e equipamentos	10	45.469	(43.079)	2.390	3.068
Instalações	10	25.981	(13.043)	12.938	13.771
Móveis e utensílios	10	10.447	(4.814)	5.633	6.065
Veículos	20	<u>2.438</u>	<u>(1.004)</u>	<u>1.434</u>	<u>1.362</u>
Total		<u>1.120.746</u>	<u>(644.822)</u>	<u>475.924</u>	<u>522.369</u>

(*) Em 30 de junho 2012 e 31 de dezembro de 2011, está contabilizada provisão para perdas de equipamentos POS, nos montantes de R\$3.219 e R\$3.099, respectivamente, como redutora do saldo da respectiva conta.

Notas Explicativas

A movimentação do imobilizado nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)				30.06.2012
	31.12.2011	Adições/ transferências	Baixas	Depreciações	
Equipamentos POS	476.102	96.298	(10.203)	(131.542)	430.655
Equipamentos de processamento de dados	18.487	2.636	-	(2.622)	18.501
Máquinas e equipamentos	2.450	91	-	(656)	1.885
Instalações	6.027	33	-	(363)	5.697
Móveis e utensílios	3.830	10	(2)	(296)	3.542
Veículos	<u>1.363</u>	<u>300</u>	<u>-</u>	<u>(229)</u>	<u>1.434</u>
Total	<u>508.259</u>	<u>99.368</u>	<u>(10.205)</u>	<u>(135.708)</u>	<u>461.714</u>
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				30.06.2012
	31.12.2011	Adições/ transferências	Baixas	Depreciações	
Equipamentos POS	476.406	96.298	(10.204)	(131.631)	430.869
Equipamentos de processamento de dados	21.697	4.155	(5)	(3.186)	22.661
Máquinas e equipamentos	3.068	32	(1)	(709)	2.390
Instalações	13.771	678	(502)	(1.009)	12.938
Móveis e utensílios	6.065	35	(16)	(451)	5.633
Veículos	<u>1.362</u>	<u>300</u>	<u>-</u>	<u>(229)</u>	<u>1.433</u>
Total	<u>522.369</u>	<u>101.498</u>	<u>(10.728)</u>	<u>(137.215)</u>	<u>475.924</u>
	Controladora (BR GAAP)				30.06.2011
	31.12.2010	Adições/ transferências	Baixas	Depreciações	
Equipamentos POS	326.942	97.975	(6.430)	(94.735)	323.752
Equipamentos de processamento de dados	8.988	704	-	(1.788)	7.904
Máquinas e equipamentos	3.835	-	-	(708)	3.127
Instalações	2.742	2.926	-	(245)	5.423
Móveis e utensílios	2.981	120	-	(236)	2.865
Veículos	<u>1.010</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(146)</u>	<u>864</u>
Total	<u>346.498</u>	<u>101.725</u>	<u>(6.430)</u>	<u>(97.858)</u>	<u>343.935</u>

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					30.06.2011
	31.12.2010	Adições/ transferências	Baixas	Depreciações	Acervo líquido incorporado	
Equipamentos POS	327.488	97.975	(6.434)	(94.873)	-	324.156
Equipamentos de processamento de dados	11.945	1.032	(3)	(2.205)	149	10.918
Máquinas e equipamentos	4.294	112	-	(750)	8	3.663
Instalações	10.535	3.567	(334)	(893)	10	12.885
Móveis e utensílios	5.018	189	(142)	(373)	58	4.750
Veículos	<u>1.010</u>	<u>2</u>	<u>(10)</u>	<u>(159)</u>	<u>-</u>	<u>844</u>
Total	<u>360.290</u>	<u>102.877</u>	<u>(6.923)</u>	<u>(99.253)</u>	<u>225</u>	<u>357.216</u>

Em 31 de dezembro de 2011 havia ativos imobilizados, advindos de operações de arrendamento financeiro, representados apenas por ativos classificados como equipamentos de processamento de dados, com valores líquidos de R\$120. Em 30 de junho de 2012 não há valores líquidos relacionados a operações de arrendamento financeiro, uma vez que a depreciação desses bens ocorreu até 31 de maio de 2012. O prazo médio residual de depreciação desses equipamentos é de aproximadamente três anos. As depreciações dos equipamentos de informática adquiridos através de operações de arrendamento mercantil nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011, registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, montam a R\$120 e R\$289, respectivamente.

Em 30 de junho de 2012, a Sociedade possui contrato de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (FINAME) para aquisição de novos equipamentos POS, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Sociedade não possuía saldos de arrendamento financeiro a pagar.

9. ÁGIO NA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

A composição analítica dos ágios em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 está apresentada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30.06.2012 e 31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Projeto Saúde:			
Ágio na aquisição de controlada (a)	26.269	26.269	26.269
Reclassificação de benefício fiscal de ágio incorporado pela Orizon	-	13.532	13.532
Prevsáude	-	3.179	3.179
Precisa	-	1.457	1.457
M4U	-	31.348	31.348
Paggo Soluções	-	46.979	46.979
Braspag	<u>-</u>	<u>38.743</u>	<u>39.343</u>
	26.269	161.507	162.107
Provisão para perdas com ágio	(16.126)	(16.126)	(16.126)
Lucro não realizado (b)	<u>-</u>	<u>(5.880)</u>	<u>(5.880)</u>
Total	<u>10.143</u>	<u>139.501</u>	<u>140.101</u>

Notas Explicativas

- (a) Na apuração do resultado de equivalência patrimonial de 2009 sobre as controladas CBGS Ltda. e CBGS foram eliminados dos resultados daquelas sociedades os efeitos das provisões para a manutenção da integridade do patrimônio líquido (“PMIPL”), nos valores de R\$11.064 e R\$15.205, respectivamente, uma vez que tais efeitos relativos aos ágios originalmente registrados naquelas demonstrações financeiras foram reconstituídos na controladora, conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, considerando-se que as incorporações efetuadas durante o exercício de 2009 não alteraram a essência econômica daqueles ágios. A reconstituição dos ágios foi registrada em contrapartida da rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas”.
- (b) Corresponde à eliminação do ganho de capital nas demonstrações financeiras consolidadas de 2009, gerado no aporte do investimento da CBGS Ltda. na Orizon a valor de mercado na sua então controlada em conjunto CBGS, na proporção da participação que a CBGS Ltda. detinha no capital social da CBGS.

A Sociedade revisa anualmente o valor contábil do ágio e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de haver indicadores de perda de valor. Nenhuma provisão para perda do valor dos ágios foi registrada nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2012 e de 31 de dezembro de 2011.

Projeto Saúde

Em 2 de janeiro de 2008, a CBGS subscreveu em favor da controladora CBGS Ltda. 693.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, pelo montante de R\$139.045, representando o valor justo na data.

Como parte do pagamento, a CBGS Ltda. entregou a totalidade das ações representativas do capital social da Polimed Ltda. e Dativa Conectividade em Saúde Ltda. pelo montante de R\$71.691, transferindo os ágios na aquisição dessas controladas, nos montantes de R\$47.145 e R\$9.108, respectivamente, líquidos da amortização registrada até a data da transação, e gerando um contas a pagar de R\$67.354 que seria integralizado em até dois anos após a transação. Adicionalmente, em decorrência da parcela integralizada em dinheiro, a CBGS Ltda. gerou ágio de R\$16.764, líquido da provisão para perdas e da amortização registrada até 31 de dezembro de 2008.

Os ágios gerados no processo de subscrição do capital da CBGS Ltda. estão apresentados a seguir:

	<u>Ágio</u>	<u>Participação</u> - %	<u>Líquido</u>
Ágio registrado na CBGS Ltda., decorrente da compra de participação de 40,95% do capital social da CBGS	55.880	99,99	55.880
Provisão para perdas com ágio	(39.116)	99,99	(39.116)
	16.764		16.764
Ágio registrado na controlada em conjunto CBGS:			
Orizon	47.145	40,95	19.306
Dativa	<u>9.108</u>	40,95	<u>3.731</u>
Total	<u>73.017</u>		<u>39.801</u>

Notas Explicativas

Aquisição do controle - Prevsáude e Precisa

Em 16 de março de 2009, a controlada em conjunto CBGS adquiriu a totalidade das cotas representativas do capital social das empresas Prevsáude e Precisa. O valor do investimento registrado contabilmente pela CBGS inclui ágio na aquisição das cotas no montante de R\$11.322, o qual estava fundamentado na expectativa de lucratividade futura daquelas sociedades, em face do acréscimo operacional previsto para os anos posteriores ao da aquisição.

	<u>Ágio</u>	<u>Participação</u> - %	<u>Líquido</u>
Prevsaúde	7.765	40,95	3.179
Precisa	<u>3.557</u>	40,95	<u>1.457</u>
Total	<u>11.322</u>		<u>4.636</u>

Aquisição do controle - M4U

Em agosto de 2010, a Sociedade adquiriu, através da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay e da sua controlada integral M4 Produtos, que juntas formam a M4U, empresa brasileira pioneira e líder no desenvolvimento de plataformas tecnológicas, tanto para recarga de celulares como para pagamentos móveis. O ágio, conforme o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, foi mensurado como o valor em que a soma: (a) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; e (b) do valor das participações de acionistas não controladores na adquirida excedeu o valor líquido (na data de aquisição) dos ativos identificáveis adquiridos.

A aquisição de 50,1% do capital social da M4U deu-se pelo valor de R\$50.650, do qual R\$25.600 foram pagos na data da aquisição e o saldo remanescente, registrado como “Outras obrigações” no passivo não circulante, será pago em até 37 meses a partir da data de fechamento, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de “performance” financeira, pactuadas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

O valor do investimento registrado contabilmente pela Servrede inclui ágio na aquisição das cotas no montante de R\$31.348, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	2.300
Valor justo dos ativos adquiridos (*)	<u>17.002</u>
Ativos líquidos adquiridos - valor justo	19.302
(-) Preço total de compra considerado	<u>50.650</u>
Ágio	<u>31.348</u>

(*) O valor justo dos contratos de prestação de serviços, da plataforma de softwares e das cláusulas de não competição (ativos adquiridos identificáveis) da M4U em agosto de 2010 foi reconhecido com base em laudo elaborado por avaliadores independentes. A avaliação, que está em conformidade com as Normas Internacionais de Avaliação, foi efetuada utilizando como base as evidências no mercado relacionadas a preços de transações similares. Os ajustes relacionados à alocação do preço de compra foram reconhecidos retroativamente sobre os valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição.

Notas Explicativas

Aquisição da participação - Paggo Soluções

Em setembro de 2010, a Sociedade, a Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”) e a Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (“Paggo Acquirer”, sociedade controlada pela TNL) celebraram um Acordo de Investimento com o objetivo de regular a participação da Paggo Acquirer e da Sociedade (através de sua controlada CieloPar) em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. Com essa ação, a Sociedade buscou ampliar sua gama de produtos, alinhada com sua estratégia para o setor de “mobile payment”.

A Paggo Acquirer e a Sociedade detêm, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções. A aquisição da participação na Paggo Soluções deu-se em 28 de fevereiro de 2011 pelo valor de R\$47.000, pago integralmente na data da aquisição.

O balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2011 foi considerado como balanço de abertura como segue:

	<u>Valor de</u> <u>livros</u>	<u>Ajustes de</u> <u>aquisição</u>	<u>Valor justo</u> <u>na aquisição</u>
Ativos (passivos) líquidos adquiridos:			
Caixa e equivalentes de caixa	35	-	35
Contas a receber operacional	8.627	-	8.627
Outros créditos	1.288	-	1.288
Ativo intangível	104.406	(104.406)	-
Fornecedores	(9.776)	-	(9.776)
Outras obrigações	<u>(132)</u>	<u>-</u>	<u>(132)</u>
Total	<u>104.448</u>	<u>(104.406)</u>	<u>42</u>

O valor do investimento registrado contabilmente pela CieloPar inclui ágio na aquisição das ações no montante de R\$46.979, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	52.224
Ajuste no valor justo dos ativos adquiridos (*)	<u>(52.203)</u>
	21
Preço total dos ativos adquiridos	<u>47.000</u>
Ágio	<u>46.979</u>

(*) Corresponde substancialmente à provisão para perda do direito de uso de softwares registrada na controlada em conjunto Paggo Soluções no balanço patrimonial de 28 de fevereiro de 2011, data do registro dos efeitos da alocação do ágio na aquisição do controle compartilhado. Os ajustes relacionados à alocação do preço de compra foram reconhecidos retroativamente sobre os valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada naquela data.

Com base no laudo de avaliação da alocação do ágio gerado na aquisição da Paggo Soluções, elaborado por avaliadores independentes e conforme pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, obteve-se o entendimento de que o valor pago está refletido substancialmente em expectativa de rentabilidade futura, ou seja, ágio (“goodwill”).

Notas Explicativas

Aquisição do controle - Braspag

Em 23 de maio de 2011, através da controlada direta CieloPar, a Sociedade adquiriu 100% das ações do capital social da Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda., líder em soluções para meios de pagamento eletrônicos no Brasil. A aquisição da totalidade das cotas do capital social da Braspag deu-se pelo valor de R\$39.400.

O balanço patrimonial em 30 de abril de 2011 foi considerado como o balanço de abertura, como segue:

	<u>Valor de</u> <u>livros</u>	<u>Ajustes de</u> <u>aquisição</u>	<u>Valor justo</u> <u>na aquisição</u>
Ativos (passivos) líquidos adquiridos:			
Caixa e equivalentes de caixa	1.827	-	1.827
Contas a receber	2.362	-	2.362
Imobilizado e intangível	764	4.638	5.402
Fornecedores	(407)	-	(407)
Outras obrigações	<u>(2.922)</u>	<u>(5.605)</u>	<u>(8.527)</u>
Total	<u>1.624</u>	<u>(967)</u>	<u>657</u>

O valor do investimento registrado contabilmente pela CieloPar, em 30 de junho de 2012, inclui ágio na aquisição das ações no montante de R\$38.743, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	1.624
(-) Valor justo dos passivos líquidos adquiridos (*)	<u>(967)</u>
Ativos líquidos adquiridos - valor justo	657
Preço de compra considerado	<u>39.400</u>
Ágio	<u>38.743</u>

(*) De acordo com o laudo de avaliação utilizado como base para a alocação do preço de compra da Braspag, elaborado por avaliadores independentes, e considerando as características da empresa adquirida, os ativos intangíveis identificados foram a plataforma de softwares e a carteira de clientes no valor total de R\$4.638. Em contrapartida, foi registrada a provisão para prováveis perdas com riscos tributários e previdenciários na Braspag de R\$5.605. Os ajustes relacionados à alocação do preço de compra foram reconhecidos retroativamente sobre os valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição.

Notas Explicativas**10. OUTROS INTANGÍVEIS**

	Taxa anual de amortização - %	Controladora (BR GAAP)			
		Custo	30.06.2012		31.12.2011
			Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (a)	20	111.423	(82.087)	29.336	31.768
Desenvolvimento de projetos (b)	20	<u>25.044</u>	<u>(9.068)</u>	<u>15.976</u>	<u>17.479</u>
Total		<u>136.467</u>	<u>(91.155)</u>	<u>45.312</u>	<u>49.247</u>

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		Custo	30.06.2012		31.12.2011
			Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (a)	20	128.660	(88.308)	40.352	41.859
Desenvolvimento de projetos (b)	20	25.044	(9.068)	15.976	17.479
Acordo de não competição (c)	13,5	15.197	(3.589)	11.608	12.658
Contratos de serviços (c)	4	17.446	(4.522)	12.924	14.674
Relacionamento com clientes (d)	20	<u>1.444</u>	<u>(159)</u>	<u>1.285</u>	<u>1.357</u>
Total		<u>187.791</u>	<u>(105.646)</u>	<u>82.145</u>	<u>88.027</u>

- (a) Refere-se a itens adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Não há software individualmente relevante. Adicionalmente, em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, está contabilizada a provisão para softwares descontinuados de R\$2.000, como redutora do saldo da respectiva rubrica.
- (b) Representa gastos com desenvolvimento de novos produtos e serviços que visam incrementar o faturamento e a receita da Sociedade e de suas controladas.
- (c) Correspondem a alocações do ágio na aquisição do controle da M4 Produtos e Multidisplay, determinado através de laudo elaborado por empresa especializada na data da aquisição. Os principais componentes dos cálculos dos ativos intangíveis são como segue:
- O valor do acordo de não competição (“with and without”) foi calculado através da metodologia do “Income Approach”, utilizando-se de uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
 - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.
- (d) Correspondem a alocações do ágio na aquisição do controle da Braspag, determinado através de laudo elaborado por empresa especializada na data da aquisição. O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes que foi avaliada pela metodologia “Income Approach” considerando o saldo de clientes ativos e seu respectivo “churn rate”, utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.

Notas Explicativas

A movimentação do intangível nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)				30.06.2012
	31.12.2011	Adições	Baixas	Amortizações	
Software	31.768	3.281	-	(5.713)	29.336
Desenvolvimento de projetos	17.479	-	-	(1.503)	15.976
Total	<u>49.247</u>	<u>3.281</u>	<u>-</u>	<u>(7.216)</u>	<u>45.312</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				30.06.2012
	31.12.2011	Adições/ transferências	Baixas	Amortizações	
Software	41.859	5.855	-	(7.362)	40.352
Desenvolvimento de projetos	17.479	-	-	(1.503)	15.976
Acordo de não competição	12.658	-	-	(1.050)	11.608
Contratos de serviços	14.674	-	-	(1.750)	12.924
Relacionamento com clientes	1.357	-	-	(72)	1.285
Total	<u>88.027</u>	<u>5.855</u>	<u>-</u>	<u>(11.737)</u>	<u>82.145</u>

	Controladora (BR GAAP)			
	31.12.2010	Adições	Amortizações	30.06.2011
Software	20.012	12.911	(6.908)	26.015
Desenvolvimento de projetos	20.055	430	(1.503)	18.982
Total	<u>40.067</u>	<u>13.341</u>	<u>(8.411)</u>	<u>44.997</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				Acervo líquido adquirido	30.06.2011
	31.12.2010	Adições/ transferências	Baixas	Amortizações		
Software	23.247	13.004	(62)	(9.192)	52.728	79.725
Desenvolvimento de projetos	20.055	430	-	(1.503)	-	18.982
Acordo de não competição	14.758	-	-	(1.050)	-	13.708
Contratos de serviços	17.446	-	-	(1.386)	-	16.060
Total	<u>75.506</u>	<u>13.434</u>	<u>(62)</u>	<u>(13.131)</u>	<u>52.728</u>	<u>128.475</u>

As despesas com amortização de intangível foram registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

11. TRANSAÇÕES PENDENTES DE REPASSE

Os valores devidos pelos portadores de cartões de crédito por intermédio dos bancos emissores e os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de compensação.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos correspondentes de repasses são:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Saldos a pagar a estabelecimentos comerciais	37.835.097	39.227.878
Antecipação de valores com bancos emissores (*)	837.625	545.721
Saldos a receber de bancos emissores	(36.837.755)	(38.113.232)
Total	<u>1.834.967</u>	<u>1.660.367</u>

(*) A Sociedade realiza operações de antecipação de valores que os emissores de cartão de crédito têm a repassar a ela.

Adicionalmente à prestação de serviços de repasse dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão de qualquer forma os repasses das transações de cartões de crédito.

Conforme descrito na nota explicativa nº 24.b), a Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos emissores dos cartões, com o intuito de proteger-se quanto a eventual risco de “default” dessas instituições. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

12. CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

O montante de R\$1.834.967 em 30 de junho de 2012 (R\$1.660.367 em 31 de dezembro de 2011) corresponde à diferença entre os valores recebidos dos emissores de cartão referentes às transações feitas pelos portadores de cartões e os montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais. De forma geral, o prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Sociedade é de 27 dias e o prazo médio de liquidação da Sociedade com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias. Portanto, esse saldo a pagar em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 corresponde ao “float” de aproximadamente três dias.

Notas Explicativas

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Circulante	104.124	19.666	104.124	19.666
Não circulante	<u>207.093</u>	<u>131.182</u>	<u>207.093</u>	<u>131.182</u>
Total	<u>311.217</u>	<u>150.848</u>	<u>311.217</u>	<u>150.848</u>

A taxa média ponderada (encargos) é de 8,58% ao ano em 30 de junho de 2012 (8,74% a.a. em 31 de dezembro de 2011).

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Ano de vencimento

2013 (a partir de julho)	65.988
2014	116.181
2015	17.547
2016	<u>7.377</u>
Total	<u>207.093</u>

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O referido repasse ocorre por meio da concessão de crédito à Sociedade, gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, no caso, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A., que contratam com a Sociedade as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens adquiridos. Adicionalmente, a Sociedade fica obrigada a cumprir as disposições aplicáveis aos contratos do BNDES e condições gerais reguladoras das operações relativas ao FINAME.

A movimentação dos empréstimos é demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)					<u>30.06.2012</u>
	<u>31.12.2011</u>	Novos financiamentos	Pagamento de principal	Juros provisionados	Juros pagos	
FINAME	<u>150.848</u>	<u>159.047</u>	<u>(200)</u>	<u>9.642</u>	<u>(8.120)</u>	<u>311.217</u>

Não houve movimentação relacionada a empréstimos no semestre findo em 30 de junho de 2011. Adicionalmente não há cláusulas de “covenants” financeiros nos contratos firmados.

Notas Explicativas

14. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Fornecedores	47.932	80.754	99.220	140.310
Provisão para pagamento a fornecedores	<u>230.373</u>	<u>149.505</u>	<u>230.373</u>	<u>149.505</u>
Total	<u>278.305</u>	<u>230.259</u>	<u>329.593</u>	<u>289.815</u>

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações efetuadas	255.480	345.327	257.569	346.875
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	13.661	13.787	14.531	14.750
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.743	11.838	11.341	12.776
Imposto Sobre Serviços - ISS	5.565	6.286	6.889	7.628
Programa de Integração Social - PIS	5.509	5.626	5.980	5.962
Outros tributos a recolher	<u>2.760</u>	<u>3.050</u>	<u>3.089</u>	<u>4.005</u>
Total	<u>293.718</u>	<u>385.914</u>	<u>299.399</u>	<u>391.996</u>

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Passivo circulante:				
Provisão para despesas diversas	27.790	42.148	28.090	42.346
Provisão para férias e encargos	16.196	16.987	25.337	27.061
Provisão de 13º salário e encargos	4.428	-	6.914	-
Participação dos colaboradores e diretores	19.473	37.118	27.858	52.215
Provisão para retenção de executivos	-	12.324	-	12.324
Outros valores a pagar	-	-	<u>5.676</u>	<u>1.851</u>
Total	<u>67.887</u>	<u>108.577</u>	<u>93.875</u>	<u>135.797</u>
Passivo não circulante:				
Contas a pagar - aquisição de controladas (a)	-	-	30.508	25.050
Provisão para retenção de executivos (b)	-	-	-	530
Outros valores a pagar	-	-	<u>61</u>	-
Total	-	-	<u>30.569</u>	<u>25.580</u>

Notas Explicativas

- (a) Saldo remanescente a ser pago em conexão com a aquisição da M4U, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de “performance” financeira, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.
- (b) Refere-se substancialmente ao Plano de Retenção de Executivos, aprovado pelo Conselho de Administração em novembro de 2009, aplicável aos principais executivos da Sociedade, que considera resultados do negócio e permanência deles na Sociedade por um período de dois anos, sendo a despesa e respectiva provisão registradas ao longo do prazo de vigência do referido plano.

17. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisão para riscos

A Sociedade e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas e cíveis, bem como na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso, como segue:

	Controladora (BR GAAP)					
	31.12.2011	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos	30.06.2012
Tributárias	602.778	66.381	-	275	-	669.434
Cíveis	10.726	5.886	(3.156)	556	(2.314)	11.698
Trabalhistas	<u>26.961</u>	<u>20.869</u>	<u>(4.799)</u>	<u>83</u>	<u>-</u>	<u>43.114</u>
Total	<u>640.465</u>	<u>93.136</u>	<u>(7.955)</u>	<u>914</u>	<u>(2.314)</u>	<u>724.246</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31.12.2011	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos	30.06.2012
Tributárias	625.401	66.381	-	299	-	692.081
Cíveis	16.331	5.886	(3.408)	556	(2.313)	17.052
Trabalhistas	<u>36.275</u>	<u>24.099</u>	<u>(7.825)</u>	<u>92</u>	<u>(30)</u>	<u>52.611</u>
Total	<u>678.007</u>	<u>96.366</u>	<u>(11.233)</u>	<u>947</u>	<u>(2.343)</u>	<u>761.744</u>

	Controladora (BR GAAP)					
	31.12.2010	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	30.06.2011	
Tributárias		474.040	54.939	(23)	284	529.240
Cíveis		7.373	2.259	(1.743)	981	8.870
Trabalhistas		<u>13.687</u>	<u>5.741</u>	<u>(2.423)</u>	<u>194</u>	<u>17.199</u>
Total		<u>495.100</u>	<u>62.939</u>	<u>(4.189)</u>	<u>1.459</u>	<u>555.309</u>

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					30.06.2011
	31.12.2010	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos	
Tributárias	496.683	54.939	(23)	467	(303)	551.763
Cíveis	7.373	2.259	(1.743)	981	-	8.870
Trabalhistas	<u>19.577</u>	<u>11.091</u>	<u>(5.352)</u>	<u>222</u>	-	<u>25.538</u>
Total	<u>523.633</u>	<u>68.289</u>	<u>(7.118)</u>	<u>1.670</u>	-	<u>586.171</u>

- (i) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, no semestre findo em 30 de junho de 2012, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida de “Impostos sobre serviços” e as demais adições à provisão para riscos foram registradas em contrapartida de “Outras despesas operacionais, líquidas”, na demonstração do resultado.
- (ii) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de afiliação, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 30 de junho de 2012, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$11.698 (Controladora) e R\$17.052 (Consolidado) e o saldo de depósito judicial é de R\$7.114 (Controladora) e R\$8.835 (Consolidado).

Adicionalmente, em 30 de junho de 2012, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por entidades de classe, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo que aproveitará uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se a diversas demandas trabalhistas que, em 30 de junho de 2012, incluíam 276 ações trabalhistas contra a Cielo e 68 contra a Servinet, das quais 75 haviam sido movidas por ex-empregados. As ações trabalhistas restantes, 269 no total, foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Somente após decisão do Tribunal elas são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes à equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo, estabilidade decorrente de doença profissional e dano moral.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2012, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$43.114 (Controladora) e de R\$52.611 (Consolidado).

Processos tributários

Correspondem à divergência de interpretação em relação à autoridade fiscal, substancialmente quanto a:

- Cofins - não comutatividade - a Sociedade e sua controlada Servinet, em fevereiro de 2004, impetraram mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei nº 10.833/03, que introduziu a sistemática de apuração pelo método não cumulativo à alíquota de 7,6%, e passaram a efetuar o depósito judicial dos valores apurados mensalmente. Como consequência, desde então a diferença entre o imposto devido calculado pela alíquota estabelecida pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa vem sendo registrada como provisão para riscos. Os montantes não recolhidos desse tributo estão sendo depositados judicialmente. Em 30 de junho de 2012, o valor dessa provisão para riscos é de R\$645.632 (Controladora) (R\$666.189 - Consolidado) e o saldo do depósito judicial é de R\$633.954 (Controladora) (R\$655.151 - Consolidado). A ação encontra-se no Supremo Tribunal Federal aguardando julgamento.
- Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM - em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. Está sendo aguardada a distribuição do Recurso Voluntário para a Câmara do 1º Conselho de Contribuintes. Em 30 de junho de 2012, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$12.090 (Controladora e Consolidado).
- PIS/PASEP MP nº 1.212/95 - em abril de 1997, a controlada Servinet obteve a liminar para desobrigá-la ao recolhimento das contribuições destinadas ao PIS com base no faturamento. A União interpôs Recurso de Apelação e obteve decisão favorável. Em 26 de agosto de 2010, a controlada entrou com manifestação de prescrição da dívida na Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região/SP. Em 30 de junho de 2012, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$1.915 (Consolidado).
- CSLL 2002 - em 2002, a Sociedade efetuou compensações de um terço do valor recolhido a título da Cofins, com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, amparada por mandado de segurança e liminar. A União interpôs Recurso de Apelação suspendendo as compensações, glosando os ajustes das obrigações acessórias. Em 2011, a Sociedade ingressou com medida cautelar na 2ª Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP; o processo aguarda análise das autoridades. Em 30 de junho de 2012, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$11.372 (Controladora e Consolidado) e o valor do depósito judicial é de R\$10.895 (Controladora e Consolidado).

A Sociedade e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisões para riscos constituídas em 30 de junho de 2012 nos montantes de R\$340 (Controladora) e de R\$515 (Consolidado).

Para fazer frente a processos avaliados como riscos possíveis e remotos pelos assessores jurídicos, a Sociedade e suas controladas detêm depósito judicial no montante de R\$14.969 (Controladora) e de R\$17.753 (Consolidado).

Notas Explicativas

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que o efetivo desembolso de referidas provisões não ocorrerá antes de 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2012, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Tributárias	85.015	95.762
Cíveis	93.900	93.902
Trabalhistas	<u>21.941</u>	<u>25.676</u>
Total	<u>200.856</u>	<u>215.340</u>

b) Depósitos judiciais

Nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

	Controladora (BR GAAP)		
	<u>31.12.2011</u>	<u>Adição</u>	<u>30.06.2012</u>
Tributários	592.458	67.360	659.818
Cíveis	<u>4.759</u>	<u>2.355</u>	<u>7.114</u>
Total	<u>597.217</u>	<u>69.715</u>	<u>666.932</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	<u>31.12.2011</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>30.06.2012</u>
Tributários	616.439	67.360	-	683.799
Cíveis e trabalhistas	<u>6.366</u>	<u>2.523</u>	(54)	<u>8.835</u>
Total	<u>622.805</u>	<u>69.883</u>	(54)	<u>692.634</u>

	Controladora (BR GAAP)			
	<u>31.12.2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>30.06.2011</u>
Tributários	464.042	59.586	-	523.628
Cíveis	<u>3.203</u>	<u>1.757</u>	(640)	<u>4.320</u>
Total	<u>467.245</u>	<u>61.343</u>	(640)	<u>527.948</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	<u>31.12.2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>30.06.2010</u>
Tributários	485.596	59.593	-	545.189
Cíveis e trabalhistas	<u>3.608</u>	<u>2.352</u>	(647)	<u>5.313</u>
Total	<u>489.204</u>	<u>61.945</u>	(647)	<u>550.502</u>

Notas Explicativas

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 30 de junho de 2012 está representado por 655.096.224 ações ordinárias (545.913.520 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2011), todas subscritas e integralizadas.

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2012, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no montante de R\$236.165. Para efetivação do aumento de capital social foi utilizado parcialmente o saldo proveniente da reserva de orçamento de capital.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19.a), a quantidade de ações em circulação em 30 de junho de 2012 é de 653.861.218 (544.529.228 ações em 31 de dezembro de 2011).

O capital social poderá ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho da Administração, competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado. Exceto nos casos descritos a seguir, os acionistas terão preferência para a subscrição de aumento de capital, sendo 30 dias corridos para o exercício desse direito contados a partir da publicação da ata do Conselho de Administração que deliberar o aumento. No limite do capital autorizado, a Sociedade pode outorgar opção de compra de ações ou subscrição de ações a seus administradores e empregados. O Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta, dentro do limite do capital autorizado. Ainda, o Conselho de Administração deverá dispor sobre as sobras não subscritas em aumento de capital, durante o prazo de exercício de preferência, determinando, antes da venda destas em bolsa de valores em benefício da Sociedade, o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem manifestado, no boletim ou na lista de subscrição, interesse em subscrever as eventuais sobras.

b) Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 30 de junho de 2012 é de R\$94.122 (R\$88.888 em 31 de dezembro de 2011).

c) Ações em tesouraria

Em 16 de março de 2012, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com as disposições do artigo 19 do seu Estatuto Social, do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 10/80, conforme alteração, e da Instrução CVM nº 358/02 e de suas alterações posteriores, aprovou a aquisição de até 2.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, sem redução de capital social, dentro do prazo de 365 dias contados da divulgação do fato relevante de sua abertura.

Notas Explicativas

Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica “Reserva de capital” apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução CVM nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Ações	Valor	Custo médio - R\$ por ação
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	1.384.292	(50.859)	36,74
Venda em janeiro de 2012	(7.916)	292	36,74
Venda em fevereiro de 2012	(270.826)	9.953	36,74
Recompra em março de 2012	96.850	(5.800)	59,89
Venda em março de 2012	(41.029)	1.585	38,60
Venda em abril de 2012	<u>(1.840)</u>	<u>71</u>	<u>38,60</u>
Saldo de ações em tesouraria antes da bonificação	1.159.531	(44.758)	38,60
Aumento das ações em tesouraria em decorrência da bonificação (*)	231.907	-	-
Venda em abril de 2012	(137.935)	4.437	32,17
Venda em maio de 2012	(9.585)	308	32,17
Venda em junho de 2012	<u>(8.912)</u>	<u>287</u>	<u>32,17</u>
Saldo final em 30 de junho de 2012	<u>1.235.006</u>	<u>(39.726)</u>	<u>32,17</u>

(*) Bonificação: foram emitidas novas ações ordinárias, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação 1 nova ação ordinária para cada lote de 5 ações ordinárias de que fossem titulares, gerando o efeito total de 231.907 novas ações.

As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para posterior alienação, cancelamento ou utilização no exercício das opções de compra de ações outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade.

d) Reserva de lucros - legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do semestre, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2012 é de R\$100.000 (R\$52.767 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

e) Reserva de lucros - orçamento de capital

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 18 de janeiro de 2012, foi aprovada a proposta de orçamento de capital preparada pela Administração da Sociedade, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008. A referida reserva tem por finalidade reforçar o capital de giro da Companhia e fomentar a sua operação de antecipação de recebíveis de vendas (“ARV”).

O saldo da reserva de orçamento de capital em 30 de junho de 2012 é de R\$472.037 (R\$708.202 em 31 de dezembro de 2011).

f) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos à conta de lucro. Poderá ainda o Conselho de Administração declarar dividendos intermediários à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos acionistas.

Durante reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de fevereiro de 2012, foi deliberada a distribuição de complemento dos dividendos e juros sobre o capital próprio sobre os lucros, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, nos montantes de R\$658.639 (representado pela soma dos montantes de R\$311.879, registrado como dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2011, e de R\$346.760, valor excedente ao mínimo obrigatório registrado no patrimônio líquido como “Dividendos adicionais propostos” em 31 de dezembro de 2011) e R\$7.578 como juros sobre capital próprio (R\$6.441, líquido de IRRF). Esses dividendos foram pagos aos acionistas em 30 de março de 2012.

Os juros sobre o capital próprio referente ao período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de maio de 2012, foram provisionados na rubrica “Dividendos a pagar” no montante de R\$31.244 (R\$26.557, líquido de IRRF) nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2012.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram referendados pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2012.

Notas Explicativas**19. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO**

a) Movimentação do número de ações ordinárias

<u>Ações emitidas</u>	<u>Ordinárias</u>
Ações em 31 de dezembro de 2011	544.529.228
Exercício de opção de compra de ações:	
Janeiro de 2012	7.916
Fevereiro de 2012	270.826
Recompra de ações em tesouraria - março de 2012	(96.850)
Exercício de opção de compra de ações:	
Março de 2012	41.029
Abril de 2012	1.840
Efeito da bonificação de ações - Abril de 2012	<u>108.950.797</u>
Exercício de opção de compra de ações:	
Abril de 2012	137.935
Maio de 2012	9.585
Junho de 2012	<u>8.912</u>
Total	<u>653.861.218</u>

b) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Em 20 de abril de 2012, houve o aumento do capital social em R\$236.165 mediante capitalização de reserva de orçamento de capital, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação, uma nova ação ordinária para cada lote de cinco ações ordinárias. Adicionalmente, atribuiu-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação, 1 (uma) nova ação ordinária para cada lote de 5 (cinco) ações ordinárias de que os mesmos fossem titulares na posição final do dia 20 de abril de 2012. Esses eventos foram considerados retrospectivamente no cálculo do lucro básico e diluído, como se tivessem ocorrido no início do exercício mais antigo apresentado, como segue:

Lucro por ação básico

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>
Lucro líquido do semestre disponível para as ações ordinárias	1.115.447	848.232	1.115.447	848.232
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>653.384</u>	<u>652.968</u>	<u>653.384</u>	<u>652.968</u>
Lucro por ação (em R\$) - básico	<u>1,7072</u>	<u>1,2999</u>	<u>1,7072</u>	<u>1,2999</u>

Notas ExplicativasLucro por ação diluído

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>
Lucro líquido do semestre disponível para as ações ordinárias	1.115.447	848.232	1.115.447	848.232
Denominador diluído:				
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	653.384	652.968	653.384	652.968
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	<u>895</u>	<u>760</u>	<u>895</u>	<u>760</u>
Total (em milhares)	<u>654.279</u>	<u>653.728</u>	<u>654.279</u>	<u>653.728</u>
Lucro por ação (em R\$) - diluído	<u>1,7048</u>	<u>1,2975</u>	<u>1,7048</u>	<u>1,2975</u>

20. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	<u>01.04.2012 a 30.06.2012</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>01.04.2011 a 30.06.2011</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>01.04.2012 a 30.06.2012</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>01.04.2011 a 30.06.2011</u>	<u>30.06.2011</u>
Receita de comissões	942.353	1.871.109	754.985	1.491.484	941.160	1.868.998	754.878	1.489.933
Receita de aluguel	355.622	680.319	264.863	533.031	355.832	680.748	265.093	533.483
Receita de prestação de outros serviços	45.486	90.786	30.659	59.315	112.270	220.067	77.675	150.055
Impostos sobre serviços	<u>(137.770)</u>	<u>(267.882)</u>	<u>(106.222)</u>	<u>(209.856)</u>	<u>(148.174)</u>	<u>(287.963)</u>	<u>(114.508)</u>	<u>(225.328)</u>
Total	<u>1.205.691</u>	<u>2.374.332</u>	<u>944.285</u>	<u>1.873.974</u>	<u>1.261.088</u>	<u>2.481.850</u>	<u>983.138</u>	<u>1.948.143</u>

21. DESPESAS POR NATUREZA

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	<u>01.04.2012 a 30.06.2012</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>01.04.2011 a 30.06.2011</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>01.04.2012 a 30.06.2012</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>01.04.2011 a 30.06.2011</u>	<u>30.06.2011</u>
Despesas com pessoal	51.980	105.160	51.301	101.762	80.347	160.682	77.549	149.110
Depreciações e amortizações	72.497	142.924	54.740	106.269	75.384	148.952	58.782	112.384
Serviços profissionais	73.023	119.244	52.988	106.642	43.117	60.576	23.101	53.513
Gastos com adquirência (a)	290.837	559.955	231.936	446.692	291.042	561.619	233.212	448.718
Vendas e marketing (b)	77.324	100.684	21.510	57.472	77.417	100.817	21.543	57.562
Custo com medicamentos e créditos de celulares em controladas (c)	-	-	-	-	37.533	71.127	25.120	48.311
Outros	<u>17.779</u>	<u>32.764</u>	<u>10.081</u>	<u>19.268</u>	<u>26.700</u>	<u>52.875</u>	<u>18.794</u>	<u>36.389</u>
Total	<u>583.440</u>	<u>1.060.731</u>	<u>422.556</u>	<u>838.105</u>	<u>631.540</u>	<u>1.156.648</u>	<u>457.801</u>	<u>905.987</u>

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	01.04.2012 a 30.06.2012	30.06.2012	01.04.2011 a 30.06.2011	30.06.2011	01.04.2012 a 30.06.2012	30.06.2012	01.04.2011 a 30.06.2011	30.06.2011
Classificadas como:								
Custo dos serviços prestados	358.938	711.158	302.497	578.505	407.688	806.847	342.387	653.880
Despesas com pessoal	29.041	58.609	28.457	58.134	51.741	102.811	49.122	93.513
Despesas gerais e administrativas	82.360	142.563	67.501	133.256	58.675	96.504	42.621	88.846
Vendas e marketing	77.324	100.684	21.511	57.473	77.417	100.817	21.542	57.561
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>35.777</u>	<u>47.717</u>	<u>2.590</u>	<u>10.737</u>	<u>36.019</u>	<u>49.669</u>	<u>2.129</u>	<u>12.187</u>
Total	<u>583.440</u>	<u>1.060.731</u>	<u>422.556</u>	<u>838.105</u>	<u>631.540</u>	<u>1.156.648</u>	<u>457.801</u>	<u>905.987</u>

- (a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos POS, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de marketing e vendas incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing e incentivos de vendas a parceiros e bancos emissores.
- (c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a medicamentos e crédito de minutos para celulares vendidos pelas controladas indiretas Precisa e Multidisplay, respectivamente.

22. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores, que são conglomerados financeiros sobre os quais os acionistas controladores detêm participação acionária, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet, Orizon, Multidisplay, M4 Produtos, CieloPar, Braspag e Paggo Soluções.

A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão pela realização das transações, independentemente de estas serem realizadas entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço.

Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns deles seus acionistas diretos ou indiretos. A Sociedade acredita que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“arm’s-length basis”).

As tabelas a seguir incluem os saldos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e o valor, discriminado por modalidades de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade participa relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2012, de 2011 e dos períodos de 01.04.2012 a 30.06.2012 e 01.04.2011 a 30.06.2011:

	Controladora (BR GAAP)										31.12.2011
	30.06.2012										
	Acionistas		Controladas							Total	Total
	Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4U	CieloPar	Paggo Soluções	Braspag		
Ativos (passivos):											
Aplicações financeiras (a)	73.985	25.546	-	-	-	-	-	-	-	99.531	161.300
Contas a receber operacionais	1.069	1.482	-	-	-	-	-	-	-	2.551	2.214
Contas a receber de controladas	-	-	-	682	-	-	-	40	12	734	134
Contas a pagar a controladas (e)	-	-	(11.039)	-	-	-	-	-	-	(11.039)	(11.055)

Notas Explicativas

Controladora (BR GAAP)											
Período de 01.04.2012 a 30.06.2012											
01.04.2011 a 30.06.2011											
Acionistas			Controladas							Total	Total
Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4U	CieloPar	Paggo Soluções	Braspag	Total	Total	
Receitas:											
Receitas de aplicações financeiras (a)	1.546	502	-	-	-	-	-	-	2.048	4.018	
Receitas de prestação de outros serviços (b)	3.056	4.325	-	-	529	722	-	43	42	8.717	
Receitas de aluguel de equipamentos POS (c)	-	-	-	444	-	-	-	-	-	444	
Receita de securitização de recebíveis no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	547	
Despesas:											
Outras despesas operacionais - comissão de afiliação	(1.180)	(857)	-	-	-	-	-	-	(2.037)	-	
Outras despesas operacionais (d)	(2.854)	(654)	-	-	-	-	-	-	(3.508)	(2.956)	
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (e)	-	-	(29.824)	-	-	-	-	-	(29.824)	(31.214)	

Controladora (BR GAAP)											
30.06.2012											
30.06.2011											
Acionistas			Controladas							Total	Total
Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4U	CieloPar	Paggo Soluções	Braspag	Total	Total	
Receitas:											
Receitas de aplicações financeiras (a)	3.586	1.182	-	-	-	-	-	-	4.768	8.568	
Receitas de prestação de outros serviços (b)	5.485	8.067	-	-	529	1.709	-	113	70	15.973	
Receitas de aluguel de equipamentos POS (c)	-	-	-	871	-	-	-	-	-	871	
Receita de securitização de recebíveis no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.596	
Despesas:											
Outras despesas operacionais - comissão de afiliação	(2.606)	(2.014)	-	-	-	-	-	-	(4.620)	-	
Outras despesas operacionais (d)	(5.782)	(1.274)	-	-	-	-	-	-	(7.056)	(6.041)	
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (e)	-	-	(58.988)	-	-	-	-	-	(58.988)	(56.064)	

- (a) As aplicações financeiras, quanto a prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Corresponderem a serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas e comissão sobre processamento de transações para a M4 Produtos e Multidisplay. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores.
- (c) Vide nota explicativa nº 5.(c).
- (d) Serviços contratados com bancos acionistas, referentes a: (i) seguro de vida coletivo empresarial; (ii) seguros hospitalar e odontológico; e (iii) contrato de previdência privada. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos bancos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (e) A Sociedade contratou a Servinet para prestar serviços de instalação e manutenção dos equipamentos POS nos estabelecimentos comerciais. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.

Notas Explicativas

Principais transações com partes relacionadas

- Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores, apresentados líquidos na rubrica “Contas a pagar a estabelecimentos”, referem-se aos montantes que devem ser repassados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente repassados pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

- Incentivos a bancos domicílio

A Sociedade detém contratos com bancos domicílio que visam incentivar os faturamentos de comissões e operações de antecipações de recebíveis. Nesses contratos, a Sociedade remunera os bancos de acordo com metas de “performance” neles estabelecidas.

- Antecipação da agenda de recebíveis com bancos emissores

A Sociedade detém contratos de antecipação de valores vincendos, referentes aos repasses que o banco emissor acionista deve fazer à Sociedade em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco portadores dos cartões de crédito. Essas operações de antecipação são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta-corrente são líquidos das taxas de antecipação, “pro rata temporis”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade.

- Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)

A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões VISA/VALE, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “back office” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações. As taxas e tarifas cobradas por essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

- Serviços de VAN e taxa de conectividade - Amex

Em 30 de junho de 2010 a Sociedade assinou um contrato não exclusivo de prestação de serviços de captura de transações de cartões emitidos com a Bandeira Amex (VAN), com a BankPar S.A. (“BankPar”), empresa do grupo Bradesco S.A. licenciada dos direitos da bandeira American Express (“Amex”) no Brasil. Adicionalmente, em dezembro de 2011, foi assinado o termo aditivo ao contrato de prestação de serviço, cujo objetivo é a renovação do contrato de VAN até 31 de dezembro de 2012, bem como a equalização dos benefícios econômicos da Sociedade e da BankPar decorrentes desse contrato, conforme avaliação feita sob assessoria de banco de investimento especializado. Em termos financeiros, tal equalização foi realizada pela inclusão da taxa de conectividade devida pela Sociedade à BankPar, referente à disponibilização de tecnologia que viabiliza o acesso da Sociedade à

Notas Explicativas

base dos sistemas de aquisição de estabelecimentos afiliados à bandeira Amex, e resultou em um pagamento de R\$38 milhões. A expansão da parceria com a bandeira Amex tem alto potencial de geração de valor à Sociedade à medida que complementa seu portfólio de bandeiras. A assinatura de referidos documentos teve a aprovação do Conselho de Administração, observados para tanto os impedimentos legais.

- Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio.

- Escrituração de ações da Cielo

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Cielo firmado com o Banco Bradesco S.A., pelo qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Sociedade.

- Serviços operacionais - programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações (“stock options”) e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

- Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “cash management”.
- Seguros contratados.
- Serviços de previdência complementar.
- Cartão de crédito corporativo.
- Garantias internacionais.
- Serviço de pagamento a fornecedores.

Notas Explicativas

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os semestres findos em 30 de junho de 2012, de 2011 e para os períodos de 01.04.2012 a 30.06.2012 e 01.04.2011 a 30.06.2011:

	Controladora				Consolidado			
	(BR GAAP)		(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	01.04.2012 a 30.06.2012	30.06.2012	01.04.2011 a 30.06.2011	30.06.2011	01.04.2012 a 30.06.2012	30.06.2012	01.04.2011 a 30.06.2011	30.06.2011
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	813.953	1.684.159	641.646	1.274.241	818.624	1.692.609	644.520	1.279.975
Alíquotas vigentes - %	34	34	34	34	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(276.744)	(572.614)	(218.160)	(433.242)	(278.332)	(575.487)	(219.137)	(435.192)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	10.623	10.623	-	-	10.623	10.623	-	-
Incentivos fiscais (a)	189	382	-	28	189	382	-	28
Efeito permanente do ajuste de Regime Tributário de Transição - RTT referente ao Plano de Opção de Ações (b)	(1.129)	(5.491)	-	(3.817)	(1.129)	(5.491)	-	(3.817)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre ajuste a valor presente - AVP	-	-	-	11.990	-	-	-	11.990
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas (c)	1.962	(1.612)	432	(968)	623	(4.338)	(98)	(2.768)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(265.099)</u>	<u>(568.712)</u>	<u>(217.728)</u>	<u>(426.009)</u>	<u>(268.026)</u>	<u>(574.311)</u>	<u>(219.235)</u>	<u>(429.759)</u>
Correntes	(309.571)	(617.425)	(229.712)	(455.628)	(312.253)	(622.244)	(232.019)	(459.197)
Diferidos	44.472	48.713	11.984	29.619	44.227	47.933	12.784	29.438

(a) Correspondem a incentivos fiscais relacionados a Lei Rouanet (artigo 26) e Programa de Amparo ao Trabalhador - PAT.

(b) Refere-se à adição permanente dos valores constituídos relativos ao Plano de Opção de Ações, na apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, pelo RTT. Adicionalmente, houve a baixa do IRPJ e da CSLL diferidos ativos de 2011, referente à constituição dessa reserva de capital, visto que, até 2011, foi tratada como diferença temporária.

(c) Representado substancialmente por gratificações a administradores, pela despesa indedutível na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL e pelo reconhecimento em 2012 do benefício fiscal de Pesquisa & Desenvolvimento de 2011.

Em 30 de junho de 2012, os incentivos fiscais relacionados a doações para: Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas e para o Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente realizadas no primeiro semestre de 2011 foram reclassificadas da rubrica “Despesas Gerais e Administrativas” para “Despesa de Imposto de Renda - Corrente”.

Dessa forma, as doações em programa de incentivos fiscais, registrados como despesa de imposto de renda - corrente nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011, totalizaram R\$7.300 e R\$6.982, respectivamente.

Notas Explicativas

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Sociedade e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber operacionais e de controladas, depósitos judiciais, contas a pagar a estabelecimentos, a controladas e por aquisição de controlada, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Em 30 de junho de 2012, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

		30.06.2012			
		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
Categoria		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	247.030	247.030	301.254	301.254
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	3.692.205	3.692.205	3.742.923	3.742.923
Contas a receber de controladas	Empréstimos e recebíveis	734	734	-	-
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	666.932	666.932	692.634	692.634
Fornecedores	Outros passivos financeiros	278.305	278.305	329.593	329.593
Contas a pagar a estabelecimentos	Outros passivos financeiros	1.834.967	1.834.967	1.834.967	1.834.967
Contas a pagar a controladas	Outros passivos financeiros	11.039	11.039	-	-
Contas a pagar - aquisição de controlada	Outros passivos financeiros	-	-	30.508	30.508
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	311.217	311.217	311.217	311.217

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

b) Risco de crédito

A Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões bandeira VISA, com o intuito de proteger-se de eventual risco de “default” dessas instituições. Esse instrumento de proteção está respaldado na obrigação assumida pela bandeira VISA, conforme estabelecido no regulamento internacional, em garantir o repasse aos estabelecimentos afiliados à Sociedade de todas as vendas realizadas com os cartões VISA nas respectivas datas de vencimento, caso ocorra inadimplência de um

Notas Explicativas

determinado emissor. O modelo de garantia implementado pela bandeira VISA, em conjunto com a Sociedade, prevê a solicitação de garantias (reais ou bancárias) considerando o risco de crédito do emissor, os volumes das vendas realizadas com os cartões VISA e o risco residual da inadimplência dos portadores de cartões. O fornecimento das garantias é obrigatório para todos os emissores classificados com risco de crédito e os valores são revistos periodicamente pela bandeira VISA e pela Sociedade. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

A partir de 1º de julho de 2010 a Sociedade também passou a ser credenciadora no Brasil para a bandeira MASTERCARD, sendo o risco de crédito dos bancos emissores desses cartões garantido pela própria bandeira em caso de inadimplência desses bancos emissores para com a Sociedade. A bandeira MASTERCARD estabelece a necessidade de garantias, reais ou bancárias, para os bancos emissores participantes do sistema. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

Os sistemas das bandeiras também preveem a possibilidade de que as transações efetuadas com cartões de crédito sejam contestadas pelos respectivos portadores, dentro de determinados prazos, contados da data de processamento da transação. Para tanto, a Sociedade firma contrato de afiliação com todos os estabelecimentos comerciais credenciados no qual estão definidas todas as regras para aceitação dos cartões no ponto de venda. Se ocorrerem contestações pelos portadores e o estabelecimento não mais estiver credenciado na data da reclamação ou não tiver valores a receber da Sociedade, será efetuada cobrança por meio de débito em conta-corrente ou escritórios especializados na recuperação de créditos, existindo a possibilidade de perdas para a Sociedade.

Aos estabelecimentos credenciados que não mantêm sistemas próprios para a captura eletrônica de transações, a Sociedade disponibiliza, mediante contrato de locação, o equipamento POS. O valor do aluguel é descontado, no seu vencimento, do montante das transações liquidadas pelos estabelecimentos. Entretanto, há a possibilidade de não recebimento do valor do aluguel na data de vencimento em razão da inexistência de saldos a serem pagos aos estabelecimentos. Nesses casos, a Sociedade faz a gestão da cobrança desses valores por meio de débito de vendas futuras, conta-corrente ou recuperação através de escritórios especializados na recuperação de créditos, podendo haver perdas dos valores de aluguel.

c) Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sofisticado sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

d) Risco de taxa de câmbio

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos a receber convertidos pela mesma taxa de câmbio, utilizadas pelas bandeiras, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Notas Explicativas

Não existem operações significativas em moeda estrangeira que possam causar variações relevantes no resultado da Sociedade, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os demais ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano.

Em 30 de junho de 2012, a exposição líquida ao risco da taxa de câmbio em milhares de dólares norte-americanos é como segue:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado <u>(IFRS e BR GAAP)</u>
Ativo:	
Caixa e bancos	7.653
Aplicações financeiras	<u>1.603</u>
Total	9.256
Passivo-	
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(6.606)
Total	
Posição comprada de dólares norte-americanos	<u>2.650</u>

e) Risco de taxa de juros

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

f) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Sociedade são afetados pelas variações na taxa de CDI e os empréstimos pela variação da TJLP. Em 30 de junho de 2012, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas (despesas), conforme segue:

	<u>10%</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
Aplicações financeiras	1.330	3.225	6.650
Empréstimos e financiamento	3.022	7.555	15.110

g) Derivativos

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011, a Sociedade não manteve operações com instrumentos financeiros na forma de derivativos.

Notas Explicativas

h) Instrumentos financeiros por categoria

Categoria	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011	
<u>Ativo</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	247.030	240.998	301.254	292.915
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	3.692.205	2.971.796	3.742.923	3.019.499
Contas a receber de controladas	Empréstimos e recebíveis	734	134	-	-
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	<u>666.932</u>	<u>597.217</u>	<u>692.634</u>	<u>622.805</u>
Total		<u>4.606.901</u>	<u>3.810.145</u>	<u>4.736.811</u>	<u>3.935.219</u>
<u>Passivo</u>					
Contas a pagar a estabelecimentos Fornecedores	Outros passivos financeiros	1.834.967	1.660.367	1.834.967	1.660.367
Contas a pagar a controladas	Outros passivos financeiros	278.305	230.259	329.593	289.815
Contas a pagar - aquisição de controlada	Outros passivos financeiros	11.039	11.055	-	-
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	-	-	30.508	25.050
Total		<u>311.217</u>	<u>150.848</u>	<u>311.217</u>	<u>150.848</u>
		<u>2.435.528</u>	<u>2.052.529</u>	<u>2.506.285</u>	<u>2.126.080</u>

25. COMPROMISSOS

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

a) Contratos de aluguel

Em 30 de junho de 2012, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

<u>Ano</u>	
2012	4.894
2013	10.572
2014	<u>11.417</u>
Total	<u>26.883</u>

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b) Fornecedores de telecomunicações, tecnologia e logística

Em 30 de junho de 2012, com base nos contratos vigentes, os pagamentos futuros estimados de fornecedores de telecomunicações, tecnologia e logística são os seguintes:

Notas Explicativas

<u>Ano</u>	
2012	260.442
2013	562.555
2014	<u>607.560</u>
Total	<u>1.430.557</u>

Os contratos de captura e processamento de transações preveem multas rescisórias no valor total de R\$13.834. Os contratos de logística estão vigentes desde junho de 2007, com prazo mínimo de 12 meses, tendo como multa rescisória o valor de R\$12.702. Os contratos de telecomunicações não preveem multa rescisória.

c) Fianças bancárias

Em 30 de junho de 2012, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas apresentam a seguinte composição:

<u>Modalidade</u>	
Garantia para recarga pessoal e multioperadora (*)	<u>400</u>

(*) Caução cedida à controlada Multidisplay por instituições financeiras para garantir os pagamentos dos contratos com as operadoras de telefonia celular.

26. PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES E ADMINISTRADORES NO LUCRO

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro dos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011 e para os períodos de 01.04.2012 a 30.06.2012 e 01.04.2011 a 30.06.2011 foram registrados na rubrica “Despesas com pessoal” na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	Controladora (BRGAAP)				Consolidado (IFRS e BRGAAP)			
	01.04.2012 a 30.06.2012	30.06.2012	01.04.2011 a 30.06.2011	30.06.2011	01.04.2012 a 30.06.2012	30.06.2012	01.04.2011 a 30.06.2011	30.06.2011
Colaboradores	6.350	13.840	6.727	13.559	9.832	20.681	10.534	19.954
Diretores								
Estatutários	<u>3.287</u>	<u>5.633</u>	<u>2.218</u>	<u>4.337</u>	<u>3.287</u>	<u>5.633</u>	<u>2.218</u>	<u>4.337</u>
Total	<u>9.637</u>	<u>19.473</u>	<u>8.945</u>	<u>17.896</u>	<u>13.119</u>	<u>26.314</u>	<u>12.752</u>	<u>24.291</u>

Notas Explicativas**27. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EXECUTIVOS**

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho da Administração e Conselho Fiscal, o presidente e os diretores estatutários.

	01.04.2012 a 30.06.2012			30.06.2012		
	Remuneração			Remuneração		
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u> (*)	<u>Total</u>	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u> (*)	<u>Total</u>
Diretores estatutários	1.175	1.603	2.778	2.308	4.635	6.943
Conselhos Fiscal e de Administração	<u>384</u>	<u>-</u>	<u>384</u>	<u>723</u>	<u>-</u>	<u>723</u>
Total	<u>1.559</u>	<u>1.603</u>	<u>3.162</u>	<u>3.031</u>	<u>4.635</u>	<u>7.666</u>

(*) Não contempla o plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 31).

A remuneração global anual dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em 2012, fixada na Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2012, foi de R\$29.000, acrescidos dos correspondentes tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável, equivalentes nessa data a R\$3.800. Para o Conselho Fiscal foi fixada remuneração de R\$309.

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BRGAAP)				Consolidado (IFRS e BRGAAP)			
	01.04.2012 a 30.06.2012	30.06.2012	01.04.2011 a 30.06.2011	30.06.2011	01.04.2012 a 30.06.2012	30.06.2012	01.04.2011 a 30.06.2011	30.06.2011
Receitas financeiras:								
Rendimentos de aplicações financeiras	4.818	10.922	5.745	14.181	6.016	13.300	6.284	15.262
Juros de securitização no exterior	-	-	547	1.596	-	-	547	1.596
Outras receitas financeiras	<u>170</u>	<u>207</u>	<u>31</u>	<u>66</u>	<u>68</u>	<u>267</u>	<u>263</u>	<u>380</u>
	<u>4.988</u>	<u>11.129</u>	<u>6.323</u>	<u>15.843</u>	<u>6.084</u>	<u>13.567</u>	<u>7.094</u>	<u>17.238</u>
Despesas financeiras:								
Juros de securitização no exterior	-	-	(547)	(1.596)	-	-	(547)	(1.596)
Juros de mora e multas	(6)	(21)	(8)	(25)	(26)	(72)	(298)	(346)
Multas e juros de riscos	(432)	(915)	(530)	(1.469)	(446)	(947)	(550)	(1.678)
Antecipação do fluxo de recebíveis com emissores	(14.509)	(20.577)	(21.739)	(27.272)	(14.509)	(20.577)	(21.739)	(27.272)
Juros sobre empréstimos	(5.680)	(9.642)	-	-	(5.680)	(9.642)	-	-
Atualização monetária sobre o saldo devedor referente à aquisição de 50,1% do capital social da M4U	-	-	-	-	(5.458)	(5.458)	-	-
Outras despesas financeiras	<u>(846)</u>	<u>(2.282)</u>	<u>(2.427)</u>	<u>(3.740)</u>	<u>(947)</u>	<u>(2.454)</u>	<u>(2.295)</u>	<u>(3.764)</u>
	<u>(21.473)</u>	<u>(33.437)</u>	<u>(25.251)</u>	<u>(34.102)</u>	<u>(27.066)</u>	<u>(39.150)</u>	<u>(25.429)</u>	<u>(34.656)</u>
Antecipação de recebíveis:								
Receita com antecipação de recebíveis (a)	212.364	402.504	137.684	258.512	212.364	402.504	137.684	258.512
Despesa de ajuste a valor presente (b)	<u>(3.360)</u>	<u>(14.751)</u>	<u>(1.556)</u>	<u>(5.272)</u>	<u>(3.360)</u>	<u>(14.751)</u>	<u>(1.556)</u>	<u>(5.272)</u>
	209.004	387.753	136.128	253.240	209.004	387.753	136.128	253.240
Variação cambial, líquida (c)	<u>1.053</u>	<u>5.245</u>	<u>1.050</u>	<u>1.997</u>	<u>1.054</u>	<u>5.237</u>	<u>1.050</u>	<u>1.997</u>
Total	<u>193.572</u>	<u>370.690</u>	<u>118.250</u>	<u>236.978</u>	<u>189.076</u>	<u>367.407</u>	<u>118.843</u>	<u>237.819</u>

Notas Explicativas

- (a) A receita com antecipação de recebíveis nos semestres findos em 30 de junho de 2012 de 2011 e nos períodos de 01.04.2012 a 30.06.2012 e 01.04.2011 a 30.06.2011 é composta pela receita oriunda do volume das transações negociadas durante os períodos findos naquelas datas.
- (b) Conforme descrito na nota explicativa nº 5.(a), o ajuste a valor presente registrado nas informações contábeis intermediárias consolidadas foi calculado sobre as operações de antecipações de recebíveis. As seguintes premissas foram adotadas no referido cálculo:
- As taxas de juros utilizadas foram as mesmas contratadas nas operações de antecipação de recebíveis de clientes.
 - Os cálculos foram efetuados individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados.
- A Administração da Sociedade reconheceu o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber em virtude da materialidade dos valores objeto do ajuste, das taxas de juros contratadas e dos prazos das operações.
- Mensalmente, a Administração revisa as premissas mencionadas e as variações são consignadas ao resultado do exercício.
- (c) Decorre basicamente dos valores recebidos em dólares norte-americanos da Visa International Service Association e da Mastercard Worldwide referentes a transações com cartões estrangeiros, de crédito e débito, da operação de securitização no exterior e de ganhos e perdas em contas originalmente registradas em moeda estrangeira, representadas por receita no montante de R\$6.757 (R\$2.203 em 30 de junho de 2011) e despesa no montante de R\$1.512 (R\$206 em 30 de junho de 2011).

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Estão representadas por:

	Controladora (BRGAAP)				Consolidado (IFRS e BRGAAP)			
	01.04.2012 a 30.06.2012	30.06.2012	01.04.2011 a 30.06.2011	30.06.2011	01.04.2012 a 30.06.2012	30.06.2012	01.04.2011 a 30.06.2011	30.06.2011
Créditos de liquidação duvidosa	(16.701)	(22.496)	(7.094)	(15.082)	(16.701)	(22.496)	(7.094)	(15.082)
Provisão para riscos, líquida	(19.286)	(18.569)	(1.835)	(4.880)	(17.528)	(18.870)	(1.401)	(7.491)
Provisão para perda com equipamentos POS inativos	269	(3.948)	1.467	(2.223)	269	(3.948)	1.467	(2.223)
Baixa efetiva de imobilizado	(3.053)	(7.576)	(6.532)	(6.532)	(3.053)	(7.576)	(6.532)	(6.532)
Receita na venda de equipamentos POS	1.253	1.253	2.855	2.855	1.253	1.253	2.855	2.855
Receitas com multas contratuais	1.257	2.952	887	4.827	1.257	2.952	887	4.827
Outras receitas (despesas) operacionais	484	667	7.662	10.298	(1.516)	(984)	7.689	11.459
Total	<u>(35.777)</u>	<u>(47.717)</u>	<u>(2.590)</u>	<u>(10.737)</u>	<u>(36.019)</u>	<u>(49.669)</u>	<u>(2.129)</u>	<u>(12.187)</u>

30. COBERTURA DE SEGUROS

Em 30 de junho de 2012, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade civil e executivos	105.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	48.139
Lucros cessantes	11.110
Veículos	1.052

Notas Explicativas

31. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 01 de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que ratificou a aprovação do plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade, que tem vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Poderão ser outorgadas opções de compra de ações, de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em reuniões do Conselho de Administração de 1º de julho de 2009, 23 de setembro de 2009, 6 de julho de 2010 e 22 de julho de 2011, foram aprovadas a primeira, segunda, terceira e quarta outorgas de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações restritas, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir, não havendo a opção de liquidação das opções em caixa.

Os beneficiários das outorgas de opções de compra de ações realizadas em 2010 e 2009, nos termos do Plano e do Contrato de Outorga de Opção de Compra, poderão exercer a primeira parcela, equivalente a 1/3 do total das opções de compra a eles outorgadas, após um ano da data de outorga.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou alterações na quarta outorga (julho de 2011), promovendo as seguintes alterações no plano: possibilidade de os elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos; o exercício das opções e/ou ações restritas poderá ser realizado 50% após dois anos e 50% após três anos.

Ainda, na reunião do Conselho de Administração de 29 de fevereiro de 2012 foi aprovado o plano de retenção de executivos e talentos da Sociedade na forma de programa de “*Restrict shares*”. Esse programa teve como objetivo minimizar o risco para o negócio da Sociedade causado pela perda dos seus executivos e fortalecer o comprometimento desses executivos com os resultados de longo prazo. O programa de retenção de executivos tem a duração de dois anos e as ações outorgadas serão doadas aos executivos que permanecerem na Sociedade no término do período do programa.

Data de outorga	Quantidade de ações			Saldo	Preço de exercício (R\$ por ação)	Valor justo das opções (R\$ por ação)
	Outorgadas	Exercidas	Bonificação			
Julho de 2009	1.042.320	(728.793)	68.717	382.244	23,68	10,43
Setembro de 2009	220.480	(120.771)	40.505	140.214	35,32	13,75
Julho de 2010	1.073.680	(280.666)	163.314	956.328	33,33	13,38
Julho de 2011	1.312.065	-	262.413	1.574.478	26,05	12,48
Fevereiro de 2012	<u>96.850</u>	<u>-</u>	<u>19.369</u>	<u>116.219</u>	-	52,28
Total	<u>3.745.395</u>	<u>(1.130.230)</u>	<u>554.318</u>	<u>3.169.483</u>		

Para determinar o valor justo das opções pelo modelo de precificação Black & Scholes e, em 2011, utilizada a metodologia binomial, a Sociedade utilizou as seguintes premissas econômicas:

Notas Explicativas

	Outorga em		
	<u>Julho e setembro de 2009</u>	<u>Julho de 2010</u>	<u>Julho de 2011</u>
“Dividend yield”	6,66%	5,73%	8,87%
Volatilidade do preço da ação	36,67%	37,51%	38,27%
Período esperado para o exercício	4 anos	4 anos	5 anos

O valor justo está sendo apropriado ao resultado do semestre e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelo prazo de até 36 meses. No semestre findo em 30 de junho de 2012 foi reconhecida despesa de R\$5.374 (R\$6.667 em 30 de junho de 2011), registrada na rubrica “Despesas com pessoal”, e foram exercidas 478.043 ações no valor de R\$12.599 em 30 de junho de 2012 (47.479 ações no valor de R\$328 em 30 de junho de 2011), sendo o total de opção de ações outorgadas registrado na rubrica “Reserva de capital” em 30 de junho de 2012 de R\$5.234 (R\$6.666 em 30 de junho de 2011).

Adicionalmente, no período de 01.04.2012 a 30.06.2012 foi reconhecida despesa de R\$3.320 (R\$3.334 no período de 01.04.2011 a 30.06.2011), registrada na rubrica “Despesas com pessoal”.

32. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Sociedade contribui mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no semestre findo em 30 de junho de 2012, em despesas de contribuições no montante de R\$3.369 (R\$3.010 em 30 de junho de 2011), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

Adicionalmente, no período de 01.04.2012 a 30.06.2012 incorreu em despesas de contribuições no montante de R\$1.702 (R\$1.488 no período de 01.04.2011 a 30.06.2011), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

33. ITEM QUE NÃO AFETA O CAIXA

	<u>Controladora (BR GAAP) 30.06.2012</u>	<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP) 30.06.2012</u>
Aquisições de equipamentos POS através de novos empréstimos FINAME	96.298	96.298

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade possui um único segmento de negócio, informação essa reportada de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (Chief Operating Decision-Maker - CODM).

Notas Explicativas

Esse segmento é oriundo da prestação de serviços relacionados à captura e processamento de transação com cartões de crédito e débito, outros meios de pagamentos e serviços correlatos.

As informações financeiras do consolidado representam de forma material esse segmento.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 2 de julho de 2012, a Sociedade informou ao mercado compromisso para aquisição, mediante cumprimento de determinadas condições precedentes e por meio da empresa subsidiária no exterior, de 100% do capital da Merchant e-Solutions (“MeS”), companhia norte-americana provedora global de soluções para pagamento. A aquisição será efetuada pelo valor de US\$670 milhões a serem pagos na data do fechamento, sujeito ao cumprimento das condições prévias acertadas entre as partes. A MeS, fundada em 2000, possui plataforma tecnológica de última geração, desenvolvida especificamente para o negócio de adquirência, o que permitiu à mesma se diferenciar no mercado americano. Essa plataforma, considerada “best in class” na indústria de meios de pagamento, permitirá a Sociedade atingir um novo patamar tecnológico, reforçando a estratégia de oferecer soluções e serviços inovadores aos seus clientes e parceiros no Brasil.

36. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 24 de julho de 2012.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Cielo S.A.
Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. ("Sociedade") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão das informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de julho de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

“Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.

Os membros do Conselho Fiscal, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, acompanharam através de relatórios periódicos a gestão econômico-financeira da Cielo S.A., e por ocasião da reunião realizada na presente data, procederam ao exame das demonstrações financeiras referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e parecer emitido pelos auditores independentes da Deloitte Touche Tohmatsu concluíram que as referidas demonstrações financeiras, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentadas e recomendam sua aprovação pelos Senhores, quando da Assembleia Geral Ordinária.”

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012.

Barueri, 24 de julho de 2012.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012.

Barueri, 24 de julho de 2012.